

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

BERNARDO FERREIRA MORELO

**Microimpressões do golpe: representações dos jornais sobre o golpe que implantou
o Estado Novo (1937) e o Levante Integralista (1938).**

Mariana
2025

BERNARDO FERREIRA MORELO

Microimpressões do golpe: representações dos jornais sobre o golpe que implantou o Estado Novo (1937) e o Levante Integralista (1938).

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Departamento de História – da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito para obtenção do título de História Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro de Araújo Antunes
Área de Concentração: História do Brasil

Ouro Preto
2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM
HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Bernardo Ferreira Morelo

Microimpressões do golpe: representações dos jornais sobre o golpe que implantou o Estado Novo (1937) e o Levante Integralista (1938).

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de licenciando em História.

Aprovada em 13 de Março de 2025

Membros da banca

Dr. Álvaro de Araujo Antunes- Orientador Universidade Federal de Ouro Preto
Me. Thiago Gomes Medeiros- Secretaria da Educação do Estado da Paraíba

Álvaro de Araujo Antunes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 21/03/2025



Documento assinado eletronicamente por **Alvaro de Araujo Antunes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/03/2025, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0880058** e o código CRC **11864299**.

Agradecimentos

Ao meu orientador Álvaro de Araújo Antunes, por todo conhecimento adquirido durante a graduação e por muitas vezes ter tido a paciência de lidar com as complicações que surgiram durante a orientação. Assim como por toda disposição e apoio que me deu nesta monografia, fazendo, por mim, muito do mais do que sua obrigação, demonstrando-se ser um excelente orientador e amigo.

Aos meus professores André de Lemos Freixo, por fazer com que eu me apaixonasse pelo estudo do Brasil Republicano e pelo ato de ser professor, Arnaldo José Zangelmi, por todo conhecimento repassado e por toda atenção que me deu e a Jucileide das Dores Lucas Tolentino, Assistente em administração da UFOP, a qual estive, durante toda a minha graduação, totalmente disposta a ajudar com tudo que precisei. Estes, juntamente com meu orientador, são exemplos para mim e sem eles, minha graduação teria sido muito menos agradável e enriquecedora.

A Universidade Federal de Ouro Preto e ao Instituto de Humanas e Sociais pelo suporte e estrutura durante toda a graduação.

Resumo

Esse Trabalho de Conclusão de Curso valeu-se, para o uso no ambiente escolar, das narrativas nas coberturas jornalísticas de duas tentativas de golpe na história do Brasil republicano, a saber: o que implantou o Estado Novo, em 1937; e o Levante Integralista, em 1938, desbaratado pelo governo Vargas. Essas publicações foram utilizadas para a produção de um material paradidático sobre o Estado Novo e o Integralismo. Outrossim, o presente trabalho promove uma discussão sobre o autoritarismo nacional e o uso de periódicos como fonte material para professores aplicarem em suas aulas. Ou seja, a discussão aqui desenvolvida serve à preparação de aulas que façam uso dos jornais como fontes históricas para tratar do tema do Estado Novo e do Levante. São abundantes as pesquisas concernentes ao apoio de grandes jornais brasileiros ao golpe de 1964, assim como é comum a abordagem deste período em materiais didáticos nas escolas. Porém, são menos pesquisadas as atuações de órgãos da imprensa em tramas golpistas anteriores à ditadura militar. Buscando uma análise a partir de periódicos de menor circulação, esta investigação trabalhará com a hipótese de que diversos periódicos do Estado de Minas Gerais, um dos maiores e mais populosos estados do país, apoiaram a implantação do Estado Novo. Além disso, busca identificar como tais publicações podem ter interferido na forma como a população mineira interpretou o governo e os golpes. Trata-se de um estudo que investiga não apenas a contribuição de jornais aos regimes ditatoriais no Brasil, como também investiga a rearticulação do autoritarismo em nossa sociedade. Partimos de questões colocadas pelas manifestações autoritárias no presente, almejando compreendê-las em escala transnacional, quando princípios do nazifascismo circularam e foram apropriados por grupos sociais locais e incorporados ao aparato institucional brasileiro. Essa discussão se torna especialmente relevante quando se sente os novos ventos do fascismo e do nazismo no mundo e no Brasil.

Lista de Siglas:

AIB	Ação Integralista Brasileira
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
PCB	Partido Comunista Brasileiro
IC	Internacional Comunista
ANL	Aliança Nacional Libertadora

Sumario:

1: Introdução.....	08
2: Pré-1937.....	16
3: Pós-1937: Um falso Brasil democrático.....	27
3.1: O golpe estadonovista representado pelo <i>A Tribuna</i>	27
3.2: O golpe estadonovista representado pelo <i>Monitor Mineiro</i>	34
3.3: O golpe estadonovista representado pelo <i>Brazópolis</i>	38
3.4: O golpe estadonovista representado pelo <i>O Município</i>	40
3.5: A intentona integralista representada pelo <i>A Tribuna</i>	43
3.6: A intentona integralista representada pelo <i>Monitor Mineiro</i>	44
3.7: A intentona integralista representada pelo <i>Brazópolis</i>	47
4: Considerações finais.....	48

1: Introdução.

As recentes manifestações autoritárias no cenário político brasileiro, bem como o apoio de vários órgãos da imprensa a elas, suscitam questões a respeito da construção histórica de tais fenômenos. Em artigo publicado recentemente na Folha de São Paulo, o cientista político Antônio Lavareda chamou a atenção para as semelhanças entre a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023, os ataques e depredações às sedes dos Três Poderes em Brasília e o levante integralista de 1938, em que os militantes de movimento de extrema direita tentaram assumir o poder por meio da força. Segundo ele, ambos possuem as seguintes características em comum: os golpistas encontraram a residência e a sede da Presidência desguarnecidas, as forças de segurança demoraram a chegar e houve omissão de setores do Exército¹. Seguindo a onda autoritária, diversos veículos midiáticos, com destaque para o Jornal Nacional, contribuíram para a polarização política recente no Brasil e a deposição do governo de Dilma Rousseff². Tendo em vista essas questões atuais, foram trabalhados aqui movimentos golpistas na história do Brasil republicano, bem como a sua cobertura pela imprensa, de modo a delinear a produção e a recriação do autoritarismo na sociedade brasileira ao longo do tempo.

Como o próprio artigo de Lavareda sugere, o Estado Novo representa uma baliza importante para a análise dessa problemática. Em 10 de novembro de 1937, teve início o golpe que instituiu esse regime ditatorial, que se estendeu até 1945. Na ocasião, o governo constitucional de Vargas baseou-se no Plano Cohen para justificar o fechamento das instituições representativas e das liberdades individuais. O suposto plano dizia respeito as instruções da Internacional Comunista (Komintern) para a ação de seus agentes no Brasil. Na realidade, como seria revelado anos depois, esta ação comunista referiu-se a um plano simulado, uma “hipótese de trabalho”, escrita pelo capitão Olímpio Mourão Filho, chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB)³. Por tanto, na realidade, nunca houve de fato um plano comunista, mas sim uma trama articulada e orquestrada para favorecer as iniciativas golpistas de Vargas.

A AIB (Ação Integralista Brasileira), movimento ligado às diferentes manifestações do fascismo em escala internacional, fora muito próxima do governo

¹ LAVAREDA, Antônio. “Leniência militar em 8 de janeiro lembra levante integralista de 1938”. *Folha de São Paulo*, 2023.

² Jornal Nacional e mídia corporativa foram “suporte relevante” para golpe contra Dilma e eleição de Bolsonaro, mostra estudo. *Brasil 247*, 2022.

³ BRANDI, Paulo. “Verbete Plano Cohen”. In: *Dicionário Histórico-Biográfico-CPDOC*. 2023.

Vargas nos momentos que precederam o golpe de 1937. Seu líder, Plínio Salgado, soube com antecedência acerca do fechamento do Congresso e da imposição de uma nova Constituição. Os “camisas verdes” esperavam ser convidados para participar do novo regime e assumir postos de comando nele, como a pasta da Educação. No entanto, logo no início do Estado Novo, o governo Vargas não deu mostras dessa aproximação, indicando a exclusão dos integralistas de seu governo com o decreto de 3 de novembro de 1937 em que dissolvia todos os partidos, inclusive a própria AIB. Com isso, uma ala dessa organização decidiu derrubar o presidente por meio da força. No dia 11 de maio de 1938, na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, integrantes do movimento investiram contra o Palácio da Guanabara (residência oficial de Vargas), tomaram o Ministério da Marinha e prenderam o general Canrobert Pereira da Costa. Rapidamente dominado pelas autoridades, o levante fracassou pelo não comparecimento de muitos dos que se haviam comprometido com o movimento⁴.

Referindo-se a esses eventos, o objetivo deste trabalho é, para além da análise dos fatos e das publicações dos jornais, desenvolver um material de apoio didático para professores utilizarem como fonte e base em suas atividades em âmbito escolar, principalmente para o ensino médio. Nesse sentido, o que se propõe é a análise de algumas fontes impressas jornalísticas que trataram dos referidos acontecimentos. A abordagem não se restringirá apenas a ensinar sobre os referidos acontecimentos, propósito extremamente importante, mas também explorar as fontes jornalísticas como fundamentos para a construção do conhecimento histórico. Em paralelo, busca-se evidenciar que o conhecimento das ciências humanas é feito a partir de fatos e fontes e não com base em achismos ou convências. Os jornais, por sua vez, são muitas vezes partidários e suscetíveis à interesses, os quais são também históricos. Logo, devem ser interpretados de maneira crítica e por meio de uma interlocução com outras fontes. Como apresenta Le Goff no capítulo “Documento/monumento” presente no livro “História e Memória”, ao citar Febvre:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais.⁵

⁴ MENANDRO, Heloísa. “Verbete Revolta Integralista). In: *Dicionário Histórico-Biográfico-CPDOC*.

⁵ LE GOFF, Jacques. Documento/monumento In: *História e memória. Tradução Bernardo Leitão. –5ª edição–Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. P. 540.*

A citação acima apresenta exatamente sobre a necessidade e positividade da interlocução de fontes presente na produção histórica, que enriquece os trabalhos e os tornam possíveis. Pensemos neste trabalho específico, no qual os jornais são a fonte. Aqui, há os documentos escritos, mas também há toda a subjetividade e partidarismo de quem os escreveu o que, por vezes, fica na ordem do implícito, do não dito, do não escrito.

Além disso, o documento deve, como afirma Le Goff, ainda no mesmo capítulo do seu livro, “ser submetido a uma crítica mais radical” para que seja possível alcançar o máximo de autenticidade. Pois, “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. O documento, portanto, deve ser considerado face às condições de produção histórica, o que não exclui a sua intencionalidade. Pois, todo documento tem sua subjetividade e toda escolha de documento também traz consigo a subjetividade de quem o escolheu ao invés de outros. Toda fonte tem algo a dizer que deve ser analisada e escolhida a partir dos interesses específicos do uso o qual pretende se dar a ela. Dependendo, desta forma, da própria posição do documento e do pesquisador na sociedade da sua época. Exatamente por tais fatores que o documento, e toda forma de fonte, deve ser analisada de forma crítica. É, nas palavras do Le Goff “para que ele possa contribuir para uma história total, importa não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte”. Em outras palavras, o documento deve ser trabalhado considerando-se as intenções de perpetuação monumental, o que, seguramente, envolve jogos de força e interesses políticos.

Em razão do que foi exposto, o presente trabalho foi desenvolvido seguindo uma estrutura temporal linear, mais acessível aos alunos e aos professores, de forma que estes possam acompanhar e compreender os eventos históricos trabalhados de forma mais simples. A intenção é demonstrar e explicar os fatos em si e o modo como estes foram representados em seu próprio contexto. O fato consiste no acontecimento em si, que é interpretável e analisável criando, assim, as representações do mesmo.

A participação de grande parte da mídia no apoio ao golpe de 1964 e na sustentação da ditadura que se seguiu é bastante conhecida e discutida⁶. Menos conhecido, porém, é o papel dos jornais no desfecho do golpe de 1937, na ditadura do Estado Novo e em episódios golpistas da década de 1930 no Brasil. Para lidar com essa

⁶ DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. *Estudos Avançados* (80), 2014.

problemática, a análise comparativa oferece subsídios importantes. Maria Helena Capelato, em seu estudo acerca da propaganda política do peronismo - denominação dada genericamente ao "Movimento Nacional Justicialista", criado e liderado pelo ditador Juan Domingo Perón, militar e estadista argentino - e do varguismo traça semelhanças e diferenças entre os sistemas de informação desses dois regimes latino-americanos. Seu método consiste em comparar estes dois governos de forma mais ou menos sincrônica e próximos um do outro no espaço⁷.

Neste trabalho, entretanto, o método comparativo surge de forma diferente. A proposta, aqui, é comparar a cobertura de dois eventos golpistas brasileiros pela imprensa brasileira, um em 1937, outro em 1938. Inspirado no método de Capelato, foi possível evidenciar tratamentos diferenciados para os referidos acontecimentos ocorridos no Brasil. Portanto, a imprensa – ainda que tenha em várias circunstâncias atuado para a democratização da política e a abertura de regimes ditatoriais (Estado Novo, Campanha das Diretas etc.) –, em diversos momentos da história do Brasil republicano contribuiu a reformulação e a perpetuação do autoritarismo.

O jornal como fonte histórica, como afirma Tania Regina de Luca, precisa ser compreendido tanto em sua materialidade quanto em sua força simbólica. Assim, deve ser considerando sempre a esfera de produção intelectual na qual o jornal está inserido, como também os jogos de interesse que os envolve. Assuntos estes que tratarei mais adiante.

Dessa forma, a imprensa pode ser pesquisada através de seus posicionamentos explícitos, mas também de seus termos e de seus silêncios, para que se possa enriquecer cada vez mais o campo da História Política. Para a autora:

As renovações no estudo da História política não poderiam dispensar a imprensa, devido, também, a uma riqueza de fontes periódicas e suas múltiplas possibilidades de abordagem. Os questionamentos desse campo renderam frutos significativos, muitas vezes aliados à perspectiva cultural.⁸

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, a imprensa foi trabalhada de maneira ampla, a partir de questionamentos baseados em problemas do presente e da

⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena, Propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. Editora Unesp, 2009.

⁸ LUCA, Tania Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153. p. 128.

historiografia. O viés político dos periódicos representou um dos principais elementos buscados nessa investigação. Compreende-se que os jornais são uma espécie de agentes históricos que não apenas registram os acontecimentos, como também atuam para confirmá-los ou mesmo construí-los. As duas tentativas de golpe, a de 1937 e a de 1938 - a primeira bem-sucedida, a outra não - representaram exemplos contrastantes nas páginas dos jornais daquele período. Para a análise aqui proposta utilizamos os periódicos: *A Tribuna*, de Uberlândia, dirigido pelo Agenor Paes; o *Monitor Mineiro*, órgão oficial do município de Guaranésia, dirigido pelo Wenceslau de Almeida; o *Brazópolis*, órgão oficial dos poderes municipais, de Brasópolis, cujo o redator e gerente é o Santos Lima; e *O Município*, de Caratinga, dirigido pelo Leonel Fontoura de Oliveira. Todos os periódicos são de cidades mineiras e estão disponíveis na plataforma da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Tais periódicos foram trabalhados sob as perspectivas e reflexões teóricas da História Política Renovada, especialmente as de René Remond, um de seus principais expoentes. Este autor propõe a retomada da análise dos acontecimentos como possuidores de certa autonomia na História, sem perder de vista elementos estruturais ou de longa duração que possam embasá-los. Nessa ótica, a história política poderia ser um ponto privilegiado para onde confluem componentes do conjunto social, e por isso importante objeto de estudo. Segundo o autor:

A política não segue um desenvolvimento linear: é feita de rupturas que parecem acidentes para a inteligência organizadora do real. É a irrupção do inesperado, portanto do inexplicável. Há em política mais coisas nos efeitos do que nas causas. Não se encontra nos antecedentes tudo aquilo que resultará deles.⁹

Entretanto, o fato da política não se seguir de forma linear não deve impedir que a produção textual sobre ela opte por seguir sua metodologia a partir da linearidade, como é feito no presente trabalho, visando uma maior compreensão do conteúdo de forma a facilitar o trabalho do professor que utilizar deste material como fonte. Para além disso, o jornalismo no início da década de 30 foi, por muitos, considerado pelo aspecto literário e parcial. A literatura realmente representava uma referência positiva e de fundamental importância para o jornalismo. Podia-se encontrar bons textos e críticas literárias lado a lado com discussões envolvendo política e economia. Contudo, as reportagens muitas

⁹ RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro. Editora FGV: 2003. p. 449.

vezes envolviam uma trajetória expressa por meio de uma narrativa que traziam consigo, no texto, as marcas de seu autor, sua trajetória, suas impressões, suas tendências políticas. Mais além, Marialva Carlos Barbosa afirma em seu texto “Imprensa e poder no Brasil pós-1930”¹⁰, que ao “falar em desenvolvimento dos meios de comunicação neste período significa também considerar a centralidade dos meios e as relações imprensa e poder, enfatizando nessa abordagem questões de natureza cultural”¹¹. Por tanto, para ela, o jornalismo do período não pode ser considerado apenas como literário e parcial.

Para Barbosa, o estudo e trabalho com a mídia não deve cair em generalizações ou em apenas dizer que a mídia pode determinar como pensar ou sobre o que pensar. É preciso interpretar a razão de isso acontece num determinado contexto com suas especificidades e como isso o difere completamente do que ocorre em outro espaço com historicidade diversa. Dessa forma, não se trata de recuperar o que de fato ocorreu, apesar de este ser de extremo valor, pois isso é impossível, mas de interpretar, a partir da subjetividade do pesquisador e das características próprias da fonte, as razões de uma determinada ação social.

E é justamente no Brasil pós-1930 que os meios de comunicação assumiram o papel de protagonista em muitos momentos políticos decisivos. Nas palavras da autora:

O primeiro movimento da centralidade e do novo papel que a imprensa ostenta ocorre exatamente no período que passou a história como Estado Novo, quando os meios de comunicação ganham relevo na difusão da ideologia estadonovista, fundamental para a formatação do pensamento conservador brasileiro e para a construção de uma “revolução passiva.”¹²

A complexidade das relações políticas, que se iniciou com a coalizão das forças que assumiram o poder em 1930, se reflete na própria configuração do jornalismo. Houve uma clara utilização dos meios de comunicação para atingir um público, bem como o alinhamento dos dirigentes das principais publicações com o regime. Falar, portanto, da imprensa durante os anos em que Getúlio Vargas esteve à frente do Governo, até a queda do Estado Novo em 1945, é se referir às complexas relações de poder que se

¹⁰ BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. **Em Questão**, v. 12, n. 2, p. 215-234, 2006.

¹¹ BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. **Em Questão**, v. 12, n. 2, p. 216, 2006.

¹² BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. **Em Questão**, v. 12, n. 2, p. 219, 2006.

estabeleceram, de forma a compreender a formação de um pensamento que se construía como dominante e que se tornou fundamental para a formulação dos ideais estadonovistas. Havia a preocupação e a necessidade de incluir o público, agora visto como massa, no projeto de construção de um ideal de nação, no qual prevalecia o direcionamento político e intelectual dos dominantes face ao restante da população.

No entanto, ao tratar especificamente sobre a censura e o controle dos meios de comunicação no período Vargas como um todo, a autora afirma que “não se pode considerar de forma unânime que toda a grande imprensa sofreu negativamente com a ação política do período ditatorial de Getúlio Vargas”¹³. E a autora complementa: “ainda que tenha havido encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, houve mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa do que divergências”¹⁴. Portanto, ela alega que, apesar do fechamento ou perseguição de alguns periódicos, as proximidades e convergências entre os homens de governo e os homens de imprensa eram mais abundantes.

Outro texto interessante para pensar na imprensa no período é o da Emanuelle Lins de Andrade, o “Jornalismo dos anos 1930: informação e doutrinação”.¹⁵ Ela afirma que, com a chegada de Vargas ao poder nos anos de 1930, o cunho venal e político da imprensa sofreu um alargamento. Pois, neste período o principal patrocinador dos jornais era o próprio governo, que com auxílio financeiro, fornecimento de papel e disponibilização de outros instrumentos comprava o apoio dos jornais.

A autora afirma que Vargas viu na imprensa um instrumento capaz de angariar apoio, formar opinião e doutrinar a população. A operacionalização da linguagem e da ideologia do governo Vargas foi responsabilidade da imprensa brasileira, que cumpriu sua tarefa por meio de cooptação ou da coação. Ela afirma:

A disseminação dos valores nacionalistas, católicos, progressistas (a industrialização e a modernização do país eram vistas como prioridades), hierárquicos (a população era considerada como massa que deveria ser guiada pelos seus líderes, e privada de um ensino mais intelectual), anti-liberais, e anti-comunistas, bem como o culto a Vargas, foram disseminados pela a imprensa. Aqueles pertencentes a tal instituição que não puderam ser cooptados ou

¹³ BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. **Em Questão**, v. 12, n. 2, p. 219, 2006.

¹⁴ BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. **Em Questão**, v. 12, n. 2, p. 220, 2006.

¹⁵ DE ANDRADE, Emanuelle Lins. *Jornalismo dos anos de 1930: informação e doutrinação*. 2009.

coagidos a seguir o sistema foram perseguidos e exilados, mas esses não foram muitos.¹⁶

Vale mencionar aqui, a título de enriquecimento do trabalho, outro dos principais meios de divulgação e comunicação das ideias Vargasistas: o rádio. Este surge na década de 30 como principal veículo para atingir um público urbano cada vez mais diversificado e é através desse meio que a sociedade política irá instaurar alguns mitos fundamentais da ideologia estadonovista. “Entre eles o mito Vargas, construindo-se a imagem do presidente como pai dos pobres, líder das massas urbanas e defensor dos grupos menos favorecidos”¹⁷.

Multiplicando as estratégias da oralidade, a autora afirma que “o rádio se apresentou para o público como extensão dos ambientes de sua sociabilidade cotidiana, no qual os diálogos, as histórias ficcionais e a música são mediadas pela nova tecnologia informacional”. Nessas emissões buscava-se valer-se da memória do ouvinte através de estratégias narrativas, tornando-se presente pela fala, pelo som e pelas músicas que invadem os ambientes culturais, para atingi-los e colocá-los a favor do governo. Os discursos performáticos de Getúlio Vargas que apelavam diretamente aos trabalhadores, os programas de auditório e a entrada em cena dos ídolos nas rádios promoveram a reinstauração da oralidade no cotidiano da população em favor dos ideais varguistas.

Vale lembrar que, como apresentado pela Ângela de Castro Gomes em seu livro “A Invenção do Trabalhismo”¹⁸, a lógica do governo Vargas era a de que “quem tem ofício, tem benefício”. Assim, o presidente valorizava apenas o cidadão que trabalhasse e, por trabalharem, lhes dava direitos e benefícios. Foi dialogando com os trabalhadores e tornando-os cidadãos centrais na vida nacional e em suas projeções políticas que Vargas fez do trabalhismo uma de suas ideologias principais e, ao mesmo tempo, conquistou o apoio popular de que precisava. Isso se torna ainda mais evidente, principalmente, a partir do início do Estado Novo.

Após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, foi se construindo em imagens, sons e representações a figura do trabalhador ideal. Havia a valorização do trabalho e do trabalhador. A criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio em 1930 e a Consolidação das Leis Trabalhistas foram

¹⁶ DE ANDRADE, Emanuelle Lins. *Jornalismo dos anos de 1930: informação e doutrinação*. 2009. P. 3

¹⁷ BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa e poder no Brasil pós-1930*. **Em Questão**, v. 12, n. 2, p. 221, 2006.

¹⁸ DE CASTRO GOMES, Ângela. **INVENÇÃO DO TRABALHISMO, A ED. 3**. Editora FGV, 2015.

fundamentais para a construção da identidade do trabalhador para o Brasil. A imagem do trabalhador nacional foi marca ideológica do governo varguista.

2: Pré-1937.

Antes de entrar no objeto específico deste estudo, faz-se necessário contextualizar a conjuntura política do período. Para isso, foi produzido um breve balanço sobre o que foi o período Vargas e como ele se tornou um regime autoritário. Vale ressaltar que, a partir de 1930, o governo Vargas já atuava com um viés autoritário, aspecto que ganhou densidade nos anos posteriores.

Como apresentado por Capelato¹⁹, o Estado Novo se constituiu em decorrência de uma política de massas inaugurada com Golpe de 1930, quando Getúlio Vargas ascende ao governo. Na realidade, o presidente eleito do Brasil, em 1930, deveria ser o paulista Júlio Prestes, porém, este foi impedido de tomar posse e, em seu lugar, assumiu, em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas, por meio do golpe chamado de “Revolução de 30” que instaurou o Governo Provisório.

Essa política de massas do governo Vargas, voltada para classes populares, desenvolveu-se a partir das críticas ao sistema liberal, considerado, inclusive pelo próprio presidente, incapaz de solucionar os problemas sociais. As influências europeias com a crise do liberalismo, os impactos da Primeira Guerra e da Revolução Russa provocaram uma crise que resultaram em críticas à democracia. A questão social e o controle das massas com o intuito de evitar revoluções socialistas passaram a ser preocupações do Estado. Este é o primeiro momento de inclusão do País numa nova ordem capitalista, quando os grupos dominantes respondem aos movimentos esporádicos das classes subalternas, acolhendo algumas das suas reivindicações.

Nessa conjuntura, constituiu-se um Estado forte e autoritário inspirado nos modelos nazifascistas. À frente do governo encontrava-se um líder carismático que dizia conduzir as massas no caminho da ordem e do progresso para vencer o “atraso” e controlar a desordem advinda dos movimentos sociais e políticos, como a Revolução Russa, que assombravam as elites brasileiras.

¹⁹ CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (Orgs.). O Brasil republicano. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 2. p.107-144.

Além disso, as dificuldades econômicas resultadas da quebra da bolsa em 1929 aceleraram o processo de mudança que provocou a revolução no Brasil, fortalecendo as correntes autoritárias. Estas se opunham à Constituição liberal de 1891, considerando-a inadequada à realidade do país, onde o povo brasileiro não estaria preparado para o exercício da democracia e, por sua vez, preparado para participar da vida política.

Uma das primeiras medidas do governo provisório foi nomear interventores de confiança para todos os estados. Já Minas Gerais, foi governada por Olegário Maciel, aliado direto de Vargas que o ajudou em seu projeto revolucionário. Após este primeiro momento, o governo precisava então de uma base legal que o sustentasse e o confirmasse no poder.

Em 16 de julho de 1934, a nova Constituição foi apresentada ao país e, no dia seguinte, Vargas foi eleito presidente do Brasil por sufrágio indireto, dando fim ao Governo Provisório e iniciando o Governo Constitucional também voltado para uma política centralizadora que acabava com a autonomia dos Estados através da centralização do poder. Ao assumir o poder, Vargas criou o Ministério do Trabalho, atendendo a uma reivindicação antiga dos trabalhadores brasileiros, mas que também servia ao controle do Estado nas relações entre patrões e operários. Quase todas as constituições brasileiras tiveram inspiração estrangeira. A de 1934 baseou-se na constituição de Weimar alemã. No final das contas, a Constituição de 1934 foi uma grande mistura de princípios liberais, autoritários, estatizantes, idealistas, utópicos e corporativistas.

A partir de 1935, com o levante comunista, a situação radicalizou-se. O levante foi liderado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e derrotado a partir de uma forte repressão que extinguiu o movimento. O comunismo, considerado como o perigo mais ameaçador à sociedade brasileira desde os anos 20, deu ensejo a uma forte campanha de propaganda anticomunista que acabou servindo para justificar o fortalecimento do governo e, posteriormente, do regime. Os liberais apoiaram as medidas adotadas pelo governo sob alegação de que o combate ao comunismo era a prioridade e, como resultado, tais medidas fortaleceram o líder.

Segundo Ângela de Castro Gomes²⁰, a revolução de 30 foi somente um primeiro passo para o Estado Novo. O período entre 30 e 37 foi muito conflituoso e violento, marcado por negociações e incertezas que só tiveram fim quando o regime estadonovista foi instaurado. Com o Estado Novo, segundo a autora, “entre o povo e o governo não

²⁰ Gomes, Ângela de Castro. "A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado." *História da vida privada no Brasil* 4 (1998): 490-558.

haveria mais intermediário”. Esse projeto político era a base de um projeto elaborado por intelectuais identificados com ideólogos do Estado Novo.

Anterior ao surgimento do regime estadonovista, houve a campanha pela Presidência da República, que se iniciou em 1936, uma vez que a recém-aprovada Constituição estabelecia o final do mandato do presidente indicado, Getúlio Vargas, dois anos depois. Até a data do golpe, em 10 de novembro de 1937, três candidatos haviam se apresentado oficialmente: Armando de Sales Oliveira (pela União Democrática Brasileira), José Américo de Almeida (tido como candidato do governo) e Plínio Salgado (pela Ação Integralista Brasileira). O substituto deveria tomar posse via eleição geral livre, porém esta campanha foi definitivamente encerrada com o autogolpe que Vargas se deu consolidando o Estado Novo. É interessante notar que Plínio, até o momento, aliado de Vargas, era um dos candidatos cotados para a eleição. Indiferente ao processo sucessório, Getúlio articulava com chefes militares - entre eles Góes Monteiro e Gaspar Dutra - a sua permanência no governo. O suposto plano comunista, conhecido como Plano Cohen, de tomada ao poder, forjado por aliados de Getúlio, incluindo pelos integralistas, era o pretexto necessário para o presidente conseguir do Congresso a suspensão dos direitos constitucionais. Minas Gerais apoiou a medida e, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, lideranças elogiaram o Exército e o governo pelo combate ao terror comunista.

A reforma política por meio do auto golpe de Estado - visto que Vargas deu um golpe de estado enquanto era o presidente - sem qualquer participação popular, se deu a partir de 1937. Apoiado pelo Exército, a Igreja e outras forças antidemocráticas, como os integralistas, Vargas dissolveu o Congresso e outorgou a nova Constituição à nação. Ao mesmo tempo aboliu os partidos e o parlamento, eliminando os intermediários entre o povo e o governo. Vargas passou a escolher interventores para os estados que reproduziam a política determinada pelo governo central, terminando com o sistema federativo da Primeira República. Após o golpe, a censura proibiu qualquer manifestação contrária ao novo regime.

A arquitetura republicana precisava deixar de lado a separação de poderes. Para Castro Gomes, as incertezas políticas do período abriram espaço para a possibilidade de surgir um Estado forte para proteger o país, convertendo a autoridade do presidente em autoridade total de governo. Com um líder forte e carismático seria possível unir lei e justiça, criando uma nova democracia social e nacional, que, na verdade, consistiria numa ditadura.

Essa nova democracia negava a ideia de uma sociedade desunida, logo a diversidade política passava a ser um problema nacional. Contra isso, promoveu-se a identificação entre Estado e nação amalgamada pela figura do líder Vargas

Nesse período, o autoritarismo facilitava a divulgação e o controle de mensagens oficiais, tanto via propaganda, como via censura. O impacto e a duração do Estado Novo deveram muito à articulação estabelecida com um amplo e diversificado conjunto de políticas públicas e trabalhistas, com destaque para as sociais, que estabeleceram um vínculo entre o presidente e as massas.

O governo ampliava seu apoio através da propaganda política. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi fundamental para a organização e controle da propaganda, da produção cultural e da censura. A propaganda conclamava que os brasileiros se guiassem pela trindade nacional, Deus, Pátria e Família. Prometia ainda um futuro glorioso ao Brasil, bem como demonstrava a preocupação do governo com a formação de uma identidade nacional. A propaganda e a repressão às ideias e órgãos de imprensa que não compactuavam com o projeto varguista constituíam os dois pilares de sustentação do regime.

Como já foi dito anteriormente, os integralistas se identificavam com o Vargas, em grande parte por conta da ligação do governo com os fascistas. Conforme Marilena Chauí²¹, ideologicamente os integralistas defendiam o resgate da cultura nacional, o moralismo, a valorização do nacionalismo, os valores morais cristãos, o princípio da autoridade, a estrutura hierárquica da sociedade e o combate ao comunismo e ao liberalismo econômico. Nas palavras da autora: “A singularidade do Integralismo será apanhada nesse movimento de autoconstrução como uma maneira de pensar autoritária que produz uma ideologia que se apresenta como projeto político”. E completa com uma citação de Raimundo Faoro, jurista, sociólogo, historiador, cientista político e escritor brasileiro: “o Integralismo, moldado sobre o fascismo, com adaptações nacionais, expande-se em nível nacional, colhendo a herança abandonada da direita nacionalista da década de 1920”.

O integralismo promoveu um ensino moral e cívico objetivando assistência às classes populares e instrução do povo brasileiro. Buscavam enaltecer a tradição, mas também ponderar sobre as realidades, projetando possibilidades de futuro. Queriam fomentar uma verdadeira revolução cultural e espiritual, tendo Deus, a família e a

²¹ Chauí, Marilena, e André Rocha. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro: Escritos de Marilena Chauí*, vol. 2. Vol. 2. Autêntica, 2017.

nacionalidade como seus pilares. A mesma trindade seguida pelos ideais varguistas. A própria nação era compreendida como uma reunião de famílias, que deveriam ser protegidas pelo Integralismo.

Raimundo Faoro observou que os camisas verdes, moldados pelo fascismo, expandiram-se em nível nacional, sobrevivendo e absorvendo da herança abandonada da direita nacionalista da década passada. A classe média da década de 30, sem papel político na sociedade, via no sigma, Plínio Salgado, e nos camisas verde a oportunidade de ajustar-se e participarem novamente da política.²²

O avanço integralista veio aos saltos: em 1932, é lançado o Manifesto que cria a AIB; em 1933, surgem as Diretrizes Integralistas; em 1935, os Estatutos da AIB, que a preparam para, em 1936, tornar-se partido político. Este foi fundado e liderado por Plínio Salgado, com a pretensão de concorrer às eleições estaduais, federais e à presidência da República. Além disso, também em 1935, na medida em que se revelou a “ameaça comunista” e a existência de um partido comunista nacional, a Ação Integralista Brasileira (AIB) se constituiu como partido político para fazer frente aos supostos perigos que “ameaçavam” a nação. Unificando capitalismo, fascismo, imperialismo dos países industrializados e tratando os comunistas como o grande mal, Salgado coloca a força do nacionalismo da classe média como vanguarda integralista revolucionária.

Assim, a AIB chama atenção da classe média em ascensão, utilizando-se dos seus programas e propostas políticas, timonados pelo lema “Deus, Pátria e Família” que alimenta o catolicismo dos militantes. Seu projeto político era eivado de moralismo e não poupava crítica à democracia liberal que “destrói os valores sagrados”, como demonstra Chauí. As críticas recaíam sobre os comunistas e todos seus ramos, nomeados de “materialistas”, ateus, internacionalistas e destruidores das famílias.

Em 1936, a ação integralista converte-se em partido político apto a concorrer às eleições, buscando proteger a nação da “ameaça comunista” que, nas palavras do próprio Salgado²³, “visava destruir a independência, a liberdade e a dignidade da Nação Brasileira”. Salgado acreditava que a AIB era o único partido nacional capaz de fazer frente aos “comunistas”.

²² FAORO, Raimundo. Os donos do poder. Porto Alegre: Globo, 1976, v. II, p. 699- 700. Grifos meus, MC.

²³ SALGADO, Plínio. O Integralismo na vida brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, [s.d.], p. 105-106.

Para tanto, os integralistas consideravam a autoridade como força unificadora capaz de assegurar a convergência e o equilíbrio das vontades individuais e de fazer valer as energias da Nação em razão do bem maior. Como um exemplo de pensamento fascista e autoritário, Plínio considerava a liberdade ambígua, falha, insuficiente, por isso precisava ser dominada disciplinarmente. E, em consequência dos pensamentos autoritários do sigma, que a ideologia integralista sobre a autoridade surge como foi citada acima. E quem exerceria essa autoridade? O Estado, que figurava como uma instituição essencialmente jurídico-política, detentora do princípio da soberania. Sua tarefa primordial consistia em realizar a unidade integral da Nação, coordenando e orientando rumo a um futuro melhor, livre das ameaças que, supostamente, afligiam esse grande projeto.

Conforme apresentado, havia grandes semelhanças entre os projetos dos integralistas e de Getúlio Vargas. Mas não era apenas coincidência ambos se aproveitaram do mesmo falso inimigo comunista para se fortalecerem. Visto que o comunismo era considerado como um mal público e conhecido, logo, facilmente manipulável e aproveitável.

O Integralismo, assim como o presidente, valorizava o poder central, a autoridade e combate ao comunismo. De tal forma é possível considerar que AIB contribuiu com o discurso varguista e vice-versa. Ambos eram, nacionalistas, anticomunistas e nutriam, em maior ou menor medida, simpatia pelos fascismos europeus. Sobre o anticomunismo, deve-se considerar ainda uma frase de Chauí, na qual ela apresenta uma conclusão de Hélgio Trindade, cientista político brasileiro e especialista no Integralismo:

*A conclusão de Trindade é a de que tais motivações confirmam a hipótese de que o anticomunismo era puro mimetismo em face dos movimentos fascistas europeus e não uma clara percepção de alguma ameaça comunista interna.*²⁴

O grande momento da prática integralista foi em 1936, quando o número de membros e de simpatizantes da AIB dobrou e os núcleos integralistas locais multiplicaram-se, mesmo com seu programa infestado de práticas, ideias e propostas antidemocráticas. Entretanto, rapidamente a AIB foi perdendo as garantias da

²⁴ Chauí, Marilena, e André Rocha. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro: Escritos de Marilena Chauí, vol. 2*. Vol. 2. Autêntica, 2017. P. 80.

Constituição de 1934, distanciando-se do que era legalmente permitido e aceito, graças aos seus discursos e atitudes de teor antidemocráticas e ilegais. Preocupados, buscaram obter declarações públicas de personalidades “insuspeitas” que afirmariam que o Integralismo não consistia num extremismo e, por isso, não poderia ser associado ou assemelhado com o comunismo. Os integralistas procuraram não só enfatizar a natureza democrática do movimento, mas sobretudo, declarar seu apoio a Vargas, pois lhes convinha naquele momento.

Nesse contexto, Chauí apresenta que Salgado estava seguro quanto à AIB após o golpe de 37 graças a Filinto Muller, Francisco Campos e Eurico Gaspar Dutra. O primeiro desses personagens assegurou que a AIB não tinha o que temer com a vinda do golpe; o segundo, que o Integralismo seria a base do novo regime; o terceiro, pelo fato de ambos terem como semelhança o combate aos comunistas. Além disso, vale ressaltar que o apoio, inicial, ao regime também dava aos integralistas certa segurança, por se sentirem de alguma forma aliados de Vargas. Por tanto, as semelhanças políticas e a relação do integralismo com o presidente colaboraram com o clima de tranquilidade do sigma. Porém, essa sensação de segurança rapidamente veio a se mostrar como um engano de Salgado, uma vez que ocorreu a dissolução e ilegalidade de todos os partidos a partir da instauração do novo regime.

Após o golpe estadonovista, e, em decorrência dele, em 1938, os integralistas efetuaram a sua tentativa de golpe. O Levante integralista (também conhecido como Revolta Integralista ou Intentona Integralista) foi um golpe de estado fracassado da Ação Integralista Brasileira (AIB) contra o governo do presidente Getúlio Vargas. O evento ocorreu no Rio de Janeiro, até então capital nacional, e tinha como objetivo a deposição do presidente da república em resposta ao decreto-lei nº 37 de 1937, que, como apresentado acima, extinguiu as agremiações políticas em todo o país, o que redundaria no subsequente fechamento da AIB.

A ação visava tomar o Palácio da Guanabara e o poder governamental. Para isso, o plano invasão armada e violenta ao palácio por parte da Marinha e a prisão do presidente. Na noite de 10 de maio até a madrugada de 11 de maio, os rebeldes tentaram executar o plano. Porém, a revolta estava mal organizada, muito embora tenha quase matado Vargas e sequestrado vários líderes militares. Vargas e sua filha Alzira trocaram tiros com integralistas em frente ao palácio de Vargas.

A ação foi facilitada por contar com alguns infiltrados do governo, como a Guarda do Palácio Guanabara, comandada pelo tenente integralista Júlio do Nascimento; o chefe

da Guarda na Polícia Civil, a cargo do tenente Soter, e também vários oficiais de serviço na Marinha e no Exército.

A revolta foi rapidamente reprimida pelas autoridades, mesmo ocorrendo totalmente de forma inesperada. Além de ter sido mal organizada, muitos dos que se ofereceram para se juntar ao golpe não estavam presentes quando tudo começou. Como resultado, cerca de 1.500 integralistas e opositores de Vargas foram presos e Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira, exilou-se em Portugal em 1939. Após o ataque ser contido muitos dos revoltosos foram fuzilados e presos.

Sobre essa relação entre os integralistas e Vargas, Darcy Ribeiro traz, algumas informações muito relevantes²⁵. Na véspera do golpe, esperando serem beneficiários participantes do novo regime, cinquenta mil integralistas uniformizados fazem uma marcha de apoio a Getúlio, em frente ao Catete. Posterior a isso, Getúlio, “com voz doce, conversa com os líderes integralistas, enchendo-os de esperança”. Porém, o autor apresenta que, ao mesmo tempo, o presidente chama Benedito Valadares, governador de Minas, e Chico Campos, responsável, entre outras obras, pela redação da Constituição brasileira de 1937, para prepararem uma medida para lidarem contra os integralistas, os comunistas e os liberais. Colocando os três no mesmo nível como inimigos a serem caçados. Deste modo, após o golpe, Getúlio Vargas, “que havia facilitado a pregação antidemocrática dos integralistas e ajudado a sua expansão, lança-os agora na ilegalidade”²⁶.

Essa relação demonstra claramente que o apoio a Vargas vinha de fato apenas do lado dos integralistas, que serviram apenas como peões úteis no xadrez político do presidente, até serem descartados após conseguir instaurar sua ditadura. Vale ressaltar também que os integralistas apoiavam Vargas pois lhes era conveniente. Ambos os lados dessa relação tinham suas razões para se beneficiar de uma possível aliança, ao menos até a tentativa de golpe integralista.

Apesar das divergências e semelhanças entre o Estado Novo e a ABI, é preciso destacar que ambos se apropriaram de elementos do nazifascismo em voga no contexto internacional à época. Em seu livro *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, Maria Helena Capelato chama a atenção para o fato de que,

²⁵ RIBEIRO, Darcy. **Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu**. Editora Guanabara, 1985.

²⁶ RIBEIRO, Darcy. **Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu**. Editora Guanabara, 1985.

apesar do Estado Novo não representar um governo nazifascista de fato, não deixava de ser uma ditadura. As semelhanças entre o governo varguista e as experiências nazifascistas na Europa podiam ser notadas nos métodos de se lidar com as massas, na forma de se empregar a propaganda, no controle e na censura da sociedade de forma geral. Demonstrando, como exemplo, a forma como o Estado Novo importou ideias dos governos nazifascistas nas mídias da época, Capelato observa que:

Essa propaganda se inspirou nas experiências europeias do nazismo e do fascismo. Procurarei mostrar como o conteúdo e a forma das mensagens propagandísticas circularam da Europa para o Brasil e a Argentina, onde foram reproduzidas com sentido novo, relacionado às conjunturas históricas particulares.²⁷

No caso da AIB, é possível identificar não apenas semelhanças no ideário e na estética do movimento com seus congêneres europeus, mas também laços diretos entre o fascismo italiano e os integralistas. João Fábio Bertonha assevera que a ABI era clara e fortemente ligada ao fascismo graças aos diversos contatos e auxílios mantidos entre os fascistas e os imigrantes italianos no Brasil:

As boas relações entre a AIB e o governo fascista italiano não se limitaram (...) ao fornecimento de fundos por parte dos italianos. Elas foram fundamentais para as coletividades italianas presentes no Brasil e a estrutura de catequese montada pelo governo fascista para atingi-las.²⁸

Era impossível não reconhecer no Integralismo uma série de influências do Fascismo italiano e de outros movimentos fascistas europeus. Essas influências passavam especialmente pelo campo ideológico, como a doutrina corporativa, a descrença na democracia, a priorização do Estado em relação à sociedade etc. Também se manifestavam em itens aparentemente secundários, como a mística e a simbologia, nas quais eram evidentes as influências do Fascismo italiano na mitologia do líder, na

²⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena, Propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed. Editora Unesp, 2009. p. 21.

²⁸ BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 85-105, janeiro. 2001. 88. p.

coreografia das grandes manifestações, na doutrinação da juventude etc. O próprio Plínio Salgado, sigma do movimento integralista, mantinha colaboração intensa e marcante com os órgãos do fascismo italiano.

Como os modelos citados acima, o Estado Novo e o Integralismo, representam manifestações fascistas no cenário político brasileiro. A ideia de que o fascismo foi um fenômeno notadamente europeu apresenta-se, portanto, problemática. Defendendo o pressuposto de que o fascismo não fora um fenômeno apenas europeu, o historiador argentino Federico Finchelstein contesta, particularmente, interpretações de um modelo eurocêntrico do fascismo que destaca o mimetismo e a falta de ação de interventores não europeus. Em outras palavras, fascistas argentinos, japoneses e indianos não seriam fascistas em função de um modelo interpretativo que insiste em trajetórias históricas europeias apenas. Esta perspectiva é entendida por Finchelstein como conservadora e portadora da própria de um fundo nacionalista que tenta reservar apenas para os europeus a existência de regimes fascistas, assim como a luta contra tais regimes. Logo, a história transnacional do fascismo tem a ver não apenas com transferências, como também com elementos que nunca puderam ser transferidos em função de histórias nacionais específicas²⁹. Em outras palavras, a própria AIB e o integralismo poderiam ser entendidos como manifestações fascistas.

Aqui, ainda cabe tratar da falsa ameaça que serviu como aval para Vargas tomar o poder por meio do golpe: os comunistas.

O Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado em março de 1922. Seus fundadores vieram todos do sindicalismo revolucionário, influenciados pela Revolução Russa e convencidos de que uma forte organização política era indispensável para a concretização não só da revolução socialista, mas também para garantir conquistas para os operários. Esse recém-fundado partido tinha pressa em filiar-se à Internacional Comunista (IC), o que lhe daria a força e o prestígio de que carecia nacionalmente para se erguer de fato frente a política do período.

No que diz respeito à Revolução de 1930, Marly Vianna afirma que o PCB “lavou as mãos”, ao não participar ou resistir a tomada de poder, pois está, para os comunistas, “só dizia respeito aos dois imperialismos: o inglês, que representaria os interesses agroexportadores, e o norte-americano, representante dos interesses industriais”.³⁰ De

²⁹ FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019.

³⁰ VIANNA, Marly. CONTRA O LIBERALISMO E O COMUNISMO: UMA DEMOCRACIA AUTORITÁRIA. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 33, n. 71, p. 481, 2020.

todo modo, segundo a autora, o comunismo logrou influência nos meios operários, apesar de muito reprimido. Os comunistas lutaram pela melhoria de vida da classe operária, pela via eleitoral, pela organização de partidos políticos da classe, batalhando a partir da organização sindical e pela ação direta. O que os comunistas não esperavam é que, para Vargas, era impossível organizar a verdadeira democracia sem o autoritarismo. O presidente acreditava que a democracia não era o governo para qualquer povo, mas para um povo domesticado e só poderia ser “dada” se controlada de forma autoritária. Daí surge o conceito de “ditadura democrática”. Vargas queria fazer com que a classe operária vivesse com dignidade, porém, cientes e de acordo em serem subalternos na sociedade.

Para o presidente alcançar seus objetivos era preciso evitar a todo custo movimentos revolucionários. Contudo, a Revolução Russa e a IC (Internacional Comunista) geraram a inspiração necessária para movimentos comunistas surgissem em peso. Por essa razão, durante os anos do governo Vargas de 1930 a 1935, as lutas sociais aumentaram e suas organizações foram criadas e fortalecidas, destacando-se a Aliança Nacional Libertadora (ANL) criada em 28 de março a 11 de julho de 1935. Para angariar mais apoio, Vargas sempre recorria as classes operárias, submetendo-as às diretrizes do governo. Mas o movimento popular representado pela ANL contrapunha-se a esses planos e apoiava as reivindicações operárias, mantendo sua independência. Por isso mesmo a ANL teve seus dias contados. Nas palavras de Vianna: “O anticomunismo esperava apenas um pretexto para manifestar-se plenamente e ele foi dado em novembro de 1935, com o chamamento à tomada de quartéis³¹.”

De acordo com a autora, “a ANL foi o maior e o mais importante movimento popular do Brasil e seu fechamento encerrou a etapa mais democrática que o país já viveu”³². Com as derrotas da grande frente democrática de 1935, consolidou-se o autoritarismo no Brasil, cuja base foi o anticomunismo. Vargas se aproveitou dos levantes de novembro de 1935 para fortalecer seu poder e intensificar a repressão. No final de 1935, foram criados a Comissão de Repressão ao Comunismo e, em setembro de 1936, o Tribunal de Segurança Nacional, além da decretação do estado de sítio.

A perseguição não se restringiu só aos comunistas, mas aos considerados simpatizantes, aos liberais e aos democratas. Na segunda metade de 1937, os comunistas

³¹ Movimento revoltoso dos comunistas do Rio Grande do Norte, sem a comunicação e permissão do Partido Comunista, que se espalhou pela capital e atingiu algumas cidades do interior, no qual tomaram quartéis da Polícia Militar.

³² VIANNA, Marly. CONTRA O LIBERALISMO E O COMUNISMO: UMA DEMOCRACIA AUTORITÁRIA. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 33, n. 71, p. 482, 2020.

que não foram mortos estavam presos ou dispersos e desorganizados. Os anos de 1936 e 1937, ainda no período constitucional, foram de extremado anticomunismo. O Estado Novo representou, nas palavras da Vianna, “no querer e no dizer do governo, uma ‘democracia autoritária’ que, apesar da brutal repressão ao comunismo e aos liberais progressistas, não perdeu o apoio da classe operária”³³. De qualquer maneira, o regime varguista seduziu a classe operaria, ao apontar que o liberalismo até então vigente ignorava a questão social. E a propaganda anticomunista ajudou a afastar os operários do socialismo. Valendo-me das expressões da autora, Getúlio, por tanto, propôs uma outra via para o capitalismo: a “democracia autoritária” ou uma “ditadura democrática”.

3: Pós-1937: Um falso Brasil democrático:

Nesse período claramente autoritário, a mídia nacional vendia a imagem de um Brasil democrático, tanto para os brasileiros quanto para o mundo. Entretanto, na realidade, o país se encontrava imerso numa falsa democracia encenada, para o controle das massas, das opiniões públicas e para evitar, esconder e até eliminar os conflitos externo e interno. A imprensa teve um forte papel na forjar dessa realidade. Neste período específico, de acordo com o acervo disponível da Hemeroteca Digital, circulavam pelo Brasil cerca de 713 jornais. Especificamente em Minas Gerais, havia cerca de 108 jornais, dentre os quais, em livre seleção, foram escolhidos alguns para efeito da análise aqui proposta.

De acordo com os jornais, ora o Estado Novo representava uma democracia plena e ora uma ditadura. Mesmo quando o governo era compreendido como ditadura, os jornais não tinham o intuito de criticar ou problematizar a situação, ficando apenas no nível da conotação.

A análise dos jornais demonstra não apenas essa falsa democracia, como também uma diferença abismal na forma como os jornais trataram os dois golpes.

3.1: O golpe estadonovista representado pelo *A Tribuna*

³³ VIANNA, Marly. CONTRA O LIBERALISMO E O COMUNISMO: UMA DEMOCRACIA AUTORITÁRIA. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 33, n. 71, p. 482, 2020.

O primeiro jornal analisado foi o *A Tribuna*.³⁴ Um semanário noticioso de Uberlândia que se manteve ativo por 25 anos e que, em 1922, foi transferido para a firma S. E. A Tribuna Ltda. Apesar da transferência, o jornal continuou sendo dirigido por J. S. Rodrigues da Cunha com a ajuda de Eduardo Márquez, de Tito Teixeira, José de Andrade e Agenor Paes, jornalista fluminense, que assume sua direção e a mantém até 1944.

O senhor Agenor Paes nasceu no Rio de Janeiro, jornalista e advogado licenciado, casou-se com dona Alvina de Souza Paez e tornou-se redator chefe do *A Tribuna* - o jornal independente. Passado o período áureo do jornal, este começou a ser impresso nas oficinas da Tipografia Alvina, propriedade de dona Alvina de Souza Paes, sob direção do senhor Agenor Paes.

O jornal de teor liberal e de pequeno porte esteve envolvido em assuntos educacionais e/ou relacionados ao poder público. Tratava desses assuntos por meio de um discurso em prol da ordem e do progresso. O objetivo do jornal, segundo seus organizadores, era noticiar fatos e acontecimentos diários da cidade e da região. Nesse sentido, publicava licitações, convocações, leis e outros. Mas também fazia menção aos melhoramentos projetados e realizados pelo poder público para Uberlândia e região. Tratando de assuntos mais cotidianos, fazia menção às práticas sociais e culturais dos habitantes da região, bem como ao movimento do comércio e da indústria. Assim, mostrava aos seus leitores o constante desenvolvimento da cidade.

A primeira folha era dedicada a assuntos políticos e econômicos locais ligados com os assuntos nacionais. No jornal *A Tribuna*, vários artigos e notícias não possuem a assinatura de quem os escreveu ou estão assinados com pseudônimos. Isso dificulta um pouco a análise dos artigos, uma vez que torna inviável pensar em posições particulares dos articulistas. Por outro lado, a publicação dos artigos indica uma posição política do jornal que não escapava da grande pressão dos governos estaduais sobre a imprensa local. Somente a assinatura do redator chefe está presente como responsável por todos os números do jornal.

Ao retratar o golpe varguista, *A Tribuna*, na quarta página da edição 01155, do dia 10 de novembro de 1937³⁵, traz uma informação de última hora e, em grande medida, inesperada. O jornal afirma que "O sr. Getúlio Vargas acaba de assumir o governo ditatorial do Brasil, tendo dissolvido o congresso federal. Sua excelência se acha apoiado

³⁴ ROSSI, Juliana. A (s) construção (ões) da imagem do governo de Getúlio Vargas no jornal Tribuna, Uberlândia-MG (1930-1937). 2010.

³⁵ *A Tribuna*, Uberlândia, 10 de novembro, 1937, p. 4.

por todo o exército nacional”. Essa frase expressa, direta e abertamente, que Vargas havia tomado o poder por meio de um ato ditatorial apoiado pelas forças armadas do país. Sem meias palavras, o jornal afirma que o presidente efetuou um golpe militar contra a democracia do país. Ao relatar o fato, sem criticá-lo, o Jornal acaba por avalizar o golpe. Infelizmente, das informações da publicação que se referiam a este ocorrido, esta é a única frase legível da página em questão.



Já na primeira página da edição 01156, do dia 13 de novembro de 1937³⁶, o jornal *A Tribuna* apresenta uma interpretação mais parcial do fato, em relação à edição anterior. A primeira frase da página informa: “Estabelecendo no Brasil o novo regime de forma republicana e representativa, dado ao poder central plenos poderes para controlar os extremismos, o sr. Getúlio Vargas veio em boa hora, ao encontro das aspirações nacionais”. Neste trecho, o jornal, aparentemente, tenta transformar a ditadura em algo republicano e representativo. Inclusive, apoiando a atitude do presidente, afirmando que ele veio em boa hora e ao encontro das aspirações nacionais. Como se fosse exatamente o que o país e o povo queriam e precisavam. Entretanto, neste caso, como seria possível dar todo o poder nacional ao poder central, diretamente a Vargas e, ainda assim, consistir em um ato republicano? Esta pergunta, apesar de fazer sentido para os dias atuais, parecia inócua aos jornais da época analisados. Não necessariamente um ato ditatorial era reconhecido como algo não republicano. Na época, os jornais poderiam perfeitamente ter interpretado uma ditadura como plausível e possível.

O jornal afirma que o país está em uma ditadura e ao mesmo tempo tenta afirmar que isso é legalizado, justo e necessário, demonstrando sua conivência com o novo regime. Efetivamente, o jornal defendia que “o novo regime instituído no Brasil pelo sr.

³⁶ *A Tribuna*, Uberlândia, 13 de novembro, 1937, p. 1.

Getúlio Vargas, apoiado pelas forças armadas, pelo Estado de Minas e outros Estados, veio ao encontro das aspirações da nacionalidade, ameaçada de cair no abismo da anarquia mais desatinada”. Mais uma vez, o jornal apoiava e justificava, de forma emocionada, o novo regime imposto pelo presidente.

De acordo com o jornal, ainda na mesma edição, a “politicalha estava assassinando, aos poucos, esta grande nação republicana”. Esta frase serve para tentar justificar o fim do modelo democrático de política, com os partidos, sufrágio eleitoral e a troca de presidente. Vargas, nesse sentido, tomou uma atitude heroica, impedindo que a política e os políticos destruíssem a nação. E, continuando, o jornal ressalta que faltava no país o herói para enfrentar a situação crítica nacional. “Eis que surge o outubrista Getúlio Vargas e gritou à nação faquirizada: Prosperidade ou morte!”. Eis que surgiu o herói que o país precisava.

O jornal segue apoiando direta e claramente a ditadura de Vargas, sem questioná-la ou criticá-la, afirmando que tudo foi necessário e positivo para combater o comunismo e os problemas nacionais.

Ao falar da mudança na Constituição Nacional o jornal segue a mesma toada. Apenas apoia e vanglória. Afirma, inclusive que, na “legislação de caráter nitidamente social, a nova Constituição traz grandes conquistas para os proletários brasileiros”. Realmente, a nova Constituição trouxe muitas vitórias para os trabalhadores, como o direito às férias de fim de ano e ao salário-mínimo fixo no país. Neste sentido, são inegáveis os ganhos para os trabalhadores. Entretanto, o que o jornal não trata é que tais medidas não foram feitas por heroísmo do presidente, mas que faziam parte do seu projeto de conseguir o apoio dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, alçá-los a condição de cidadãos. Quem não trabalhava não era cidadão, logo, não tinha direitos e não era relevante ou digno de preocupação. Era descartável.

Além disso, afirmar que a constituição e a legislação eram de caráter totalmente social também servia para conseguir o apoio da população. Aliados ao rádio, os jornais eram os principais meios de comunicação da época, logo serviam como instrumentos de manipulação da opinião pública a favor do regime. Sobre esse assunto, o jornal *A Tribuna* traz uma fala do próprio presidente: “sempre considerei a imprensa como instrumento indispensável de uma boa administração dos negócios públicos e tudo tenho feito para prestigiá-la, acatando a crítica jornalística, quando de boa fé e construtiva”. Com essa frase do presidente fica claro o papel e a importância da imprensa na manutenção do

regime. Além dela ressaltar o uso dos jornais na divulgação dos negócios públicos, os quais, uma vez divulgados e elogiados poderiam favorecer uma imagem positiva do governo.

Apesar de mencionar as críticas da imprensa, não se vê no *A tribuna* qualquer palavra detratora à ditadura. Além de demonstrar o investimento e, a meu ver, o controle que o presidente efetuava sob os meios de comunicação, a frase acima também aparenta ser, de certa forma, uma maneira do presidente dar um ar de normalidade a situação, diante das possíveis críticas. No entanto, a frase final “quando de boa fé e construtiva” me pareceu um aviso sutil para que os jornais se mantivessem na linha imposta pelo regime. Não por menos Vargas criou, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão subordinado diretamente ao presidente da República.

O DIP era o órgão responsável por produzir textos, programas de rádio, documentários cinematográficos e cartazes em que o presidente aparecia de forma bem paternal. Além disso, o DIP exercia de forma severa a censura sobre os jornais, as revistas, o teatro, o cinema, a literatura, o rádio e as demais manifestações culturais, impedindo a publicação de notícias negativas ao governo ou que denunciassem a forma violenta e autoritária com que os órgãos repressivos perseguiram e prendiam os adversários do regime.

A criação do DIP foi importante para que o governo autoritário de Getúlio Vargas construísse uma imagem positiva perante a opinião pública. Esse órgão do governo atrelou a imagem do presidente aos benefícios concedidos aos trabalhadores. Dessa forma, Vargas se consolidou como o “pai dos pobres”. Porém, toda essa construção de uma imagem positiva é algo que já ocorria antes mesmo do Estado Novo.

Voltando ao jornal, na quarta e última página da mesma edição do *A Tribuna*,³⁷ há uma avaliação de que “o regime democrático se apresentou impotente e inoperante para a grande obra construtiva do Estado Novo”. Conforme o jornal, com o golpe de 1937 executado por Vargas, o Brasil não era mais um regime democrático. Isto, contudo, parecia não ser causa suficiente para abalar o “ambiente de calma e confiança” que teria vigorado no país depois do golpe.

Para o jornal, “com a dissolução do Congresso pelo Presidente da República e a decretação da Nova Constituição, o Brasil se encontrará numa era de progresso e de paz que traduz o anseio geral de todas as suas classes sociais”. Uma demonstração clara de

³⁷ *A Tribuna*, Uberlândia, 13 de novembro, 1937, p. 4.

apoio a Vargas e a ditadura imposta. O jornal afirma que a nação sentia o peso que a representação popular trazia, exprimindo apenas interesses de grupos dominantes e aspirações individualistas. Logo, extinguir o sufrágio popular foi uma medida necessária e positiva. Por fim, conclui que “O Estado Novo que se inaugura, sob os melhores auspícios, sintetiza um Brasil melhor, mais digno, mais forte, mais respeitoso e mais engrandecido”. O fim da democracia representava, então, progresso, segurança e aprimoramento para o país.

Inicialmente, aparentavam ser contraditórias algumas publicações do jornal. Essas contradições, sugerem que após a tomada de poder, a imprensa foi dominada pelo controle censório da ditadura, ainda que um pouco tardio. Os meios impressos buscavam se adequar à condição imposta por 1937, tentando afinar seus discursos com as determinações do novo governo. Porém, é possível notar que não havia contradições de fato. O jornal *A Tribuna* realmente apoiava diretamente o governo varguista, mesmo sabendo que era um regime ditatorial. Pois, de acordo com o jornal, mesmo sendo ditatorial, a tomada do poder pelo Vargas não se deu por interesses próprios, mas sim pelo bem da nação.

Na Edição 01157 do *A Tribuna*, do dia 17 de novembro de 1937³⁸, na primeira página lia-se: o “golpe, terrivelmente magistral, que o sr. Getúlio Vargas deu nos políticos da velha guarda, ainda ecoa nas quebradas da opinião pública”. Apesar de utilizar o termo “terrivelmente”, a intenção era depreciar a velha guarda da política. O discurso de um Estado Novo contra a velha política seria uma das justificativas do golpe de 1937. Além disso, o golpe, nas palavras do jornal, “aniquilou o comunismo e o Integralismo.”. Na mesma condição de mazelas nacionais estavam os comunistas, os velhos políticos e os integralistas, muito antes dos integralistas sequer tentarem o golpe.

Mais à frente, o jornal *A Tribuna*, na mesma edição, afirma que Vargas “Deu ao Brasil uma Constituição melhorada para a implantação de um governo forte”. Vargas era o homem que a República procurava. Somente Vargas poderia dirigir o país naquele momento. Segundo o jornal, Minas e sua população apoiavam o novo regime “revigorante”. Nas páginas seguintes, o jornal segue tratando das mudanças da nova constituição com total normalidade. A extinção dos juízes federais, por exemplo, era apresentada como algo normal e nada questionável.

³⁸ *A Tribuna*, Uberlândia, 17 de novembro, 1937, p. 1.

Na edição 01158, do dia 20 de novembro de 1937³⁹, o jornal inicia apresentando o novo governador mineiro escolhido por Vargas. Escolha está que seria, para o jornal, um “ato de grande sabedoria do presidente”. Segundo o jornal, o novo governador Benedito Valadares Ribeiro foi recebido contentemente por toda a população, por ser um grande cooperador do Estado Novo. Posteriormente o jornal afirma que a escolha se deu antes mesmo da “grande transformação operada no país”, revelando um plano previamente bem arquitetado de Vargas. Mais adiante, de acordo com o jornal, o governador, com toda sua responsabilidade e benevolência, teria tentado todas as outras alternativas para solucionar os problemas do país, mas nenhuma foi efetiva, restando-lhe apenas apoiar Vargas em sua salvadora mudança de regime de ordem.

Já na quarta e última página, o jornal afirma que, com o novo estado instituído no Brasil, muitos políticos ficaram sem “trabalho”. Para o jornal, “o golpe foi tremendo nos políticos profissionais”. Isso agradaria a população que esperava “do novo regime um grande expurgo, na sua representação parlamentar”, afirmava o redator. Os “filhotes da pátria estavam em número excessivo” e “o povo quer menos representantes e mais atividade no seu futuro legislativo”. E continua: “a nossa evolução como país civilizado e de ideias avançadas requer essas reformas”. Ou seja, um processo de renovação estava em curso e, aparentemente, tinha apelo diante do público leitor.

Na edição seguinte, a 01159, do dia 24 de novembro de 1937, o jornal inicia com a seguinte frase: “o regime genuinamente democrático falhou no Brasil”. Essa frase, apresenta não apenas a conivência consciente do jornal ao governo Vargas, como busca justificá-la em função de um fracasso da democracia que, dentre outros problemas, criou uma casta de políticos profissionais que, como filhotes da pátria, mamavam nas tetas do governo.

Na última página, projetando um futuro melhor, o jornal apelou à nação pelo reconhecimento dos benefícios do novo regime, recorrendo à duas perspectivas em alta na época: futuro/progresso e a imagem de uma grande nação. Com isso o jornal buscava fazer de Vargas o espelho das vontades populares.

A última edição analisada foi a 01160, do dia 27 de novembro de 1937⁴⁰. Na primeira página, o jornal afirma que “um governo forte pode continuar sendo democrático, na sua origem e na sua essência republicana. A politicalha, que entravava a boa administração, precisava “ficar à margem da ação governamental”. Vale observar que

³⁹ *A Tribuna*, Uberlândia, 24 de novembro, 1937, p. 1.

⁴⁰ *A Tribuna*, Uberlândia, 27 de novembro, 1937, p. 1.

o termo ditadura não aparece no trecho que se refere à governo forte. De tal sorte, buscase reforçar o argumento de que o governo continua sendo democrático e, sobretudo republicano. Pois, como afirma o jornal, Vargas “cujo senso político e visão das realidades nacionais pairam acima de qualquer dúvida, bem compreendeu essa tese”.

Escorado pelos argumentos apresentados, Vargas buscava assegurar sua posição como presidente legítimo de uma grande nação. Por certo, o jornal *A Tribuna* coadunava-se ao esforço catalisador da opinião pública nacional em torno da legitimação do governo varguista. O jornal justifica, então, o fim dos partidos e a unificação dos poderes políticos nas mãos do presidente, afirmando que o Brasil precisa disso, dessa “democracia” sem a politicalha. Não obstante os atos que acompanharam e configuraram o golpe, o jornal afirmava que o presidente e seu regime permaneciam democráticos, porém, da forma que o Brasil precisava, com um governo forte.

6.2: O golpe estadonovista representado pelo Monitor Mineiro.

O jornal *Monitor Mineiro*, órgão Oficial do Município de Guaranésia, foi fundado em 1900, por Wenceslau de Almeida. Possuía publicações semanais e foi extinto em 1950. Tratando do golpe, o jornal publicou na primeira página da edição nº 1.294, do dia 14 de novembro de 1937⁴¹, que foi “com geral satisfação que os brasileiros de todos os recantos do país receberam a notícia da elaboração e promulgação da nova Constituição”. Ao fazer isso, Getúlio Vargas livrou este “rico e imenso” país das “garras aduncas e perigosas do extremismo vermelho e da politicagem interesseira de uma grande parte dos brasileiros sem patriotismo, que, dia a dia arrastava o país para a derrocada, para a desmoralização”.

Segundo o jornal “o problema da sucessão presidencial, [...] tornara-se pretexto constitucional para conspirações tendentes a deflagrar a guerra civil”. A sucessão presidencial, que deveria ser um acontecimento normal na vida democrática, se tornou em um dos principais responsáveis pela falta da “unidade política da Nação”. A comoção social e receio da guerra civil seriam, portanto, uma justificativa do golpe, em conjunto com a ameaça comunista. E, continuando a defender os atos antidemocráticos do golpe dado por Vargas, o jornal considera que a “existência dos partidos não passava de mera ficção, que não correspondia de modo algum a expectativa generosa da opinião pública,

⁴¹ *Monitor Mineiro*, Guaranésia, 14 de novembro, 1937, p. 1.

incapazes, como se revelavam de pôr em equação os problemas mais urgentes da economia nacional”. O jornal continua falando que os partidos não eram virtuosos sob nenhum aspecto. Pelo contrário, o jornal diz que o povo compreendeu que os partidos eram “essas agitações prejudiciais, que espalhavam já a anarquia por toda parte”.

Essa repulsa aos partidos se encaixa perfeitamente com o que apresentei sobre a troca presidencial. Se completam. Para o jornal, a troca presidencial e os partidos representavam a anarquia. O povo então, “com seu instinto de ordem e gênio político [...] esperava de seus líderes e dos homens de responsabilidade na nossa vida pública uma ação enérgica e oportuna, que inquietasse, ditando ao Brasil o verdadeiro caminho a seguir”. “Ditando” é a palavra que o jornal usa para representar aquilo que deveria ser feito para salvar o Brasil. Um ditador heroico era o que o povo precisava.

A partir dessa suposta necessidade, surge Vargas, com “sua personalidade de estadista, em que se resumem e refulgem as melhores virtudes do brasileiro”, e as forças armadas militares “para a sua (refere-se aqui ao país) preservação e defesa”. E o jornal continua enaltecendo incessantemente a figura de Vargas. “Psicólogo realista e calmo, é evolutivo na ação, sábia na ideia, controlado nos sentimentos, patriota nos desígnios e humano na finalidade”. Sempre o elogiando das maneiras mais diversas e emotivas possíveis.

A certa altura, o jornal relata como a notícia do golpe alcançou “o Governo do Estado de Minas Gerais, solidário com o novo regime instituído, que ajudou a ser implantado e que se comprometeu a manter em nome do povo mineiro, conta com a solidariedade e colaboração de todos os cidadãos do Estado”. E, continua: “O povo de Guaranésia e seus dirigentes, diante do novo regime implantado com o objetivo de amparar a unidade nacional, fortalecer o princípio da autoridade, de preservar o Brasil da desordem e promover o desenvolvimento econômico do país, não pode ter outra atitude, se não a de colaborar com os desvelo e sinceridade para que se alcancem, no menor prazo possível, os objetivos patrióticos dos governos Federal e Estadual”⁴². Esse pedido reforça a ideia de que o jornal era um meio de controle e manipulação da população, que, não só apoia o golpe, como o justifica e o explica positivamente aos leitores, esperando que estes o apoiem também, pelo bem da nação. O povo mineiro, mais especificamente, neste caso, o povo de Guaranésia, não poderia ter outra atitude se não a de apoiar esse ato heroico em prol do povo brasileiro.

⁴² *Monitor Mineiro*, Guaranésia, 14 de novembro, 1937, p. 1. Ed. nº 1.294

Na quarta página, o jornal se detém mais especificamente à nova constituição, na qual “se compreendia todo o espírito pragmático de seu progresso corrigindo as ficções constitucionais que, em mais de quarenta anos consecutivos, a experiência vem dolorosamente provando que são impraticáveis”. A mudança na constituição, advinda do golpe, não era apenas necessária, era a única solução para os problemas nacionais. Dentre os quais, destacava o comunismo ou, mais especificamente, a suposta ameaça comunista, que nunca existiu, mas que tinha que ser vencida.

Na edição nº 1.295, do dia 27 de novembro de 1937⁴³, o jornal começa afirmando que o país está em uma nova situação de paz. Porém, redige algumas críticas à nova constituição. Afirma que “deixou muita coisa a ser explicada nas leis regulamentares de cada espécie o que vem merecendo discussão e denunciando reformas radicais”. E continua a tecer julgamentos, principalmente no que se refere ao código civil e penal, o qual não estaria sintonizado com a realidade do momento, guardando ainda uma influência da realidade imperial. De todo modo, o jornal continua, “vamos ter muitas reformas necessárias e que já se faziam exigidas pelo progresso do nosso país”. Mesmo com as ponderações, o jornal seguia auspicioso para com o novo regime, concluindo que: “vamos caminhando, depois do advento constitucional, com a esperança de que toda a organização nacional venha a concorrer para o entrelaçamento dos vários Estados brasileiros, para que o Brasil seja de fato a União Federal daqui para diante”.

As críticas, contudo, não soterravam o caráter enaltecedor do jornal: “temos confiança em que assim acontecerá, porque nunca assistimos a tão boa disposição dos brasileiros, de todas as classes sociais, [...], para auxiliar o Governo Central no encaminhamento de todas as questões nacionais, como nesta ocasião”. Continua afirmando que em todos os cantos do Brasil se encontrava ecoando “a voz brasileira, a opinar pela aprovação do novo regime...”. Em tom definitivo, concluía: “o Brasil venceu, podemos afirmar, com Getúlio Vargas à frente de seus destinos...”. O jornal não apenas destaca e apoia Vargas, como convoca a população, seus leitores, a apoiar também. Pois, até quando critica, o faz de maneira sutil, como se esperasse ser ouvido pelo dirigente máximo da nação e, com isso, tornar-se um colaborador de um estado que se entendia como novo. Afinal, na perspectiva do periódico, os problemas nacionais vêm do passado imperial e democrático e apenas Vargas, com seu regime, podia salvar o Brasil.

⁴³ *Monitor Mineiro*, Guaranésia, 27 de novembro, 1937, p. 1.

Na última edição analisada, a 1.297, do dia 12 de dezembro de 1937, o jornal inicia com o título: ⁴⁴“a criança, a maior vítima do comunismo”. De acordo com o jornal, “uma das mais acertadas medidas do presidente da república no sentido de expurgar o Brasil dos perigos da infiltração vermelha, foi o exame cuidadoso e a seleção dos livros didáticos destinados à mocidade das escolas...”. Continua afirmando que “Persistentes, e por isso mesmo mais perigosos que quaisquer outros, os comunistas compreendem que o relaxamento do caráter infantil e a deturpação do conceito de justiça e de moral facilitam, sobremodo a aceitação de seus princípios subversivos”.

Essas duas frases do jornal são certeiras tanto no apoio às medidas de Vargas quanto contra o comunismo. Se Vargas justificou seu golpe com a “ameaça comunista”, logo era dever dos meios de comunicação reforçar essa vitória sobre os comunistas. Mas os comunistas não eram apenas uma ameaça política, era também um perigo civil, moral, público. Como verdadeiros vilões do povo e da nação, os comunistas deveriam ser odiados e caçados. O uso das crianças como meio de comoção contra o comunismo foi uma arma cirurgicamente pensada. Eles seriam as maiores vítimas desse monstro sorrateiro e cruel, que visava infiltrar-se na sociedade de maneiras invisíveis, para dominar os jovens e as crianças indefesos.

Para salvar as crianças indefesas, surge o grande herói patriota. Fazer com que o povo odiasse os comunistas, serviria para a construção da imagem de Vargas como salvador e, de quebra, justificar toda a opressão, repressão, censura e controle que o governo julgasse necessário.

Graças “a Constituição outorgada à Nação pelo Governo que o povo apoia, cuida, caridosamente, da educação e da saúde dos seus futuros cidadãos. Vivemos no Brasil uma época de abundância como nenhum governo nos deu anteriormente”. Pelo ponto de vista do jornal, Vargas inaugurava uma época de ouro, de progresso, perfeita. Tudo levaria o Brasil para frente, pois:

o presidente da república está de posse de uma constituição que lhe outorga poderes para governar com força e independentemente de situações políticas, terminando de vez com o filhotismo dos politiqueros, que para desgraça do Brasil só cuidavam de seus interesses pessoais e de suas famílias. ⁴⁵

⁴⁴ *Monitor Mineiro*, Guaranésia, 12 de dezembro, 1937, p. 1.

⁴⁵ *Monitor Mineiro*, Guaranésia, 12 de dezembro, 1937, p. 1.

Na segunda página, o jornal enaltece, aliando com Vargas, é claro, as forças armadas. “O Brasil deve às classes armadas do país a desarticulação da caudilhagem com politiquieiros impatrióticos cujo plano de subversão da ordem pública iria até a guerra civil ou o esfacelamento do país”. Por sua vez, as forças armadas teriam contribuído com extinção de “todos os partidos políticos” e devido aos militares “inexistem casos e injunções políticas”. A ditadura só foi possível pelo uso da força militar para tomar o poder. O jornal apresenta seu apoio e admiração por essas figuras sem nenhum rodeio. O Brasil deve a Vargas e às forças armadas a paz e a unidade em que o país se supostamente encontrava naquele momento. Todo o poder de uma nação estava nas mãos desses grupos, e tudo é retratado como algo positivo. O fim das liberdades representou, para o jornal, um avanço. Uma cura para a nação.

No restante da edição, o jornal continua a demonizar o comunismo e a heroicizar as forças armadas e Vargas. Diferentemente do primeiro jornal analisado, confere um papel central das forças armadas, no apoio ao projeto ditatorial de Vargas.

6.3: O golpe estadonovista representado pelo Brazópolis.

O jornal *Brazópolis* foi dirigido pelo escritor e jornalista Santos Lima a partir de 1924. O periódico teve uma tiragem considerável e era distribuído aos domingos. Em suas páginas e edições, diversos assuntos eram tratados, no mais das vezes com notícias pequenas, rápidas e bem pouco aprofundadas e reflexivas. O jornal tratava bem pouco de muito.

Ao contrário dos primeiros jornais este possui bem poucas posições opinativas e publicações sobre ambos os golpes. Quando os mencionam, o faz de maneira rápida e pouco aprofundada, apenas demonstrando seu apoio a Vargas de forma bem simples, sem se alongar muito a discutir a situação. Calar-se era também uma forma de apoio.

No entanto, na edição 00703⁴⁶, do dia 14 de novembro de 1937, o jornal já apresenta seu posicionamento, afirmando que:

O ilustre Chefe da Nação, notando o acervo de defeitos da Constituição de 1934 e as aberrações do momento atual político: as ideologias

⁴⁶ *Brazópolis*, Brazópolis, 14 de novembro, 1937, p. 1.

malsãs de certas facções políticas, os surtos de movimentos antidemocráticos, a infiltração de ideias corruptas e corruptoras, emanadas dos agentes de Moscou, houve por bem promulgar nova Constituição Federal para todo o País.

Novamente o comunismo, associado a corrupção política, serve de justificativa ao golpe. “Em virtude dessa medida saneadora, ficaram dissolvidos o Senado, a Câmara dos Deputados, as Assembleias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais”. “Medida saneadora” foi o termo usado pelo jornal, contra a corrupção política. Todos os aspectos democráticos do país que Vargas dissolveu eram, para o jornal, o esgoto e a sujeira nacional que precisavam ser purificados. E o jornal segue a mesma linha editorial de demais analisados neste trabalho. Como forma de manipular os leitores a favor das medidas do presidente, o jornal afirma: “A nós, brasileiros, norteados pelos princípios de são patriotismo, assiste agora o dever indeclinável de acreditar de bom grado nessa medida excepcional tomada pelo Governo Federal”. Portanto, cabe agora, indispensavelmente, aos brasileiros aceitarem e apoiarem patrioticamente as medidas salvadoras do chefe. Se fizessem qualquer coisa diferente disso, não eram patriotas de fato.

Aliado a isso, o jornal apresenta as falas do então governador de Minas apoiando e vangloriando Vargas e seus atos. O povo da cidade de Brazópolis precisava saber que não apenas o jornal estava do lado de Vargas, mas o governador também.

A segunda página da edição 00704⁴⁷ do dia 21 de novembro de 1937 traz uma informação muito interessante. Intitulado “Não é fascista, nem integralista”, essa publicação traz as declarações do presidente aos jornalistas estrangeiros. Esse título é uma frase do próprio presidente, afirmando que a nova constituição não é nem uma coisa, nem outra. Havia um interesse estrangeiro pelo que estava ocorrendo no Brasil, especialmente porque no cenário mundial as peças políticas e bélicas se movimentavam em direção a um conflito de potências: a segunda guerra mundial. Nesse cenário, Vargas se posicionava com cautela, e dizia que “a política exterior do Brasil é em primeiro lugar americana e só depois europeia”. Americano, aqui, referindo-se ao continente e, claramente, aos estadunidenses. Afinal “os fortes laços sentimentais e econômicos que unem o Brasil aos Estados Unidos não são afetados pela modificação constitucional”.

⁴⁷ Brazópolis, Brazópolis, 21 de novembro, 1937, p. 2.

Nota-se uma clara tentativa de Vargas em distanciar seu novo regime ditatorial de outros regimes, como os nazifascistas europeus, assim como é notável o apelo ao apoio estadunidense. Mais adiante em suas falas, quando foi perguntado, pelos jornalistas do exterior, sobre a mudança do novo regime, Vargas afirmava que “não se trata, em verdade, de um novo regime. Há tão somente uma reforma constitucional”, buscando atenuar, aos olhos do mundo, a ditadura instaurada. Entretanto, em outras declarações destinadas ao povo brasileiro, Vargas seria menos cuidadoso, reconhecendo que houve uma mudança de regime.

Apesar de econômico em seus artigos, o jornal coloca em destaque um aspecto que não teve tanta relevância nos outros jornais aqui analisados: o integralismo. Como demonstrado no início desse trabalho, a historiografia especializada confere destaque para a participação dos integralistas nesse período. Por sua vez, o jornal descreve “a posição do governo em relação a ação integralista, que deu apoio a administração nos sucessos que levaram à promulgação da nova Constituição”. No artigo do jornal, Vargas reconhecia: “o apoio dos integralistas foi espontâneo. Não houve pedido de compensação, nem compromisso”. Nesse trecho, o jornal demonstra, ao mesmo tempo, certo respeito e indagação sobre o apoio integralista a Vargas. Como quem diz: eles apoiaram porque quiseram e se identificaram, mas Vargas não teria responsabilidade sobre isso. Vale ressaltar que os integralistas eram abertamente ligados aos fascistas italianos, logo, qualquer aproximação destes com o novo regime varguista poderia causar certos questionamentos e suspeitas. Vargas não queria seu regime identificado com fascistas europeus. Ligar o regime ditatorial brasileiro as outras manifestações europeias gerariam muitos conflitos e descontentamentos, especialmente das democracias europeias e americana.

Entretanto, Vargas deixava claro como seu regime funciona, por meio da doutrina e força, uma clara ditadura associada à sua pessoa.

O jornal passa várias edições seguintes sem nenhuma menção a mudança na constituição ou outras medidas do novo regime. Faz apenas elogios a outros atos de Vargas que não dizem respeito exatamente ao golpe. Como afirmar que o novo regime se constitui num regime muito mais aberto e apoiador de intelectuais.

6.4: O golpe estadonovista representado pelo O Município.

Por fim, o último jornal analisado, referindo aqui, até o momento, apenas as publicações sobre o golpe estadonovista, foi *O Município*, da cidade de Caratinga, autointitulado como órgão dedicado aos interesses do povo. Fundado e dirigido pelo Leonel Fontoura de Oliveira.

Apesar do título, esta característica não parece ser muito evidente nas páginas analisadas. Na edição 00331⁴⁸ do dia 18 de novembro de 1937, o jornal abre a primeira página com a frase “Governo Forte”. Posteriormente, faz uma retrospectiva da trajetória de Vargas no poder, desde 1930, de forma extremamente heroica e engrandecedora, como uma salvação para a nação e seus desejos. Chegando no ano de 1937, o jornal afirma que a Constituição e o modelo político que regia o país naquele momento eram falhas defeituosas e impraticáveis que, “pelo Golpe d’Estado de 10 do corrente, que dissolveu o Senado e a Câmara Federal [...]”, deixaram de existir. O jornal, portanto, afirma que houve um golpe para a tomada do poder. Mas segue a publicação como se isso não representasse nada demais, apenas apresentando as mudanças constitucionais.

Apresenta, também, as justificativas do presidente que levaram o Governo e as Forças Armadas a mudarem o regime. Porém, o jornal apresenta sua opinião de forma bem diferente dos outros. Ao invés de apenas apoiar, afirma, inicialmente, que “No momento em que escrevemos, tudo faz crer que nenhuma perturbação da ordem haverá”. Mais adiante, apresenta seu apoio, afirmando que a mudança foi bem recebida tanto interna quanto externamente.

Afirma que, o Governo, “a fim de garantir a ordem, está cercado não só pelo Exército, Marinha e Aviação, que o prestigiaram, como pelas Brigadas Militares dos Estados”. Assim, demonstra não só o apoio das variadas forças armadas do país à Vargas, como também apresenta o teor ditatorial do uso da força para o controle da suposta ordem de forma bem mais direta que os outros jornais. Demonstra o papel ativo destas forças no domínio e controle da nação.

Por fim, na última página da edição, continuando a fala acima, o jornal apela não só para as emoções dos leitores, como também, para sua religiosidade, apelando que o povo faça preces a Deus, para que o mesmo inspire os homens no poder do país a levarem a nação para “caminhar para os seus grandes destinos”, pois ela tem o direito de ser “um País Forte, Próspero, Respeitado e Respeitador”.

⁴⁸ *O Município*, Caratinga, 18 de novembro, 1937, p. 1.

Diferente dos outros jornais, que impõem o apoio a Vargas de forma bem mais direta e aberta, este jornal apresentou-se de modo bem menos incisivo no apoio a Vargas. Apesar da fala inicial do jornal, minha interpretação, nesta primeira edição, é de que o jornal apoia quem está no poder e não a figura individual de Vargas em si. Em contrapartida, o apelo à religiosidade da população é bem maior e mais evidente do que em outros jornais.

Na edição seguinte, a 00331⁴⁹ do dia 28 de novembro de 1937, diferente da edição anterior, nesta, o apoio direto a Vargas surge de forma bem mais direta e clara. Ao falar sobre os problemas da nação, da política e do mundo, naquele período, o jornal afirma que Vargas “num gesto patriótico, de acordo com os anseios da Nação e prestigiado pelas Forças Armadas concedeu nova Constituição ao Brasil.” Sobre o apoio da nação às medidas do presidente, o jornal afirma que este “vem se manifestando espontaneamente, aprovando o gesto Governamental”. Já sobre a jurisprudência da Constituição, afirma que os juristas “reconhecem ser bem organizada e adaptável ao Brasil, a Carta de 10 de novembro”. Assim, as medidas foram boas, o país apoia e a constituição é juridicamente positiva para o país.

O jornal ainda afirma que o dever do brasileiro é esquecer a política e as prevenções pessoais para se lembrarem do Brasil. Portanto, a população deveria esquecer-se de seus direitos e de suas liberdades para apenas apoiarem, incondicionalmente, o que Vargas impôs como melhor para o país.

E o jornal torna a apelar para a religiosidade dos leitores, pedindo que estes peçam a deus que abençoe e ilumine Vargas e o novo regime. Pois, apenas “unidos como um só bloco, ao lado dos poderes constituídos” que o governo poderia “cumprir a sua missão, qual a de conduzir o Brasil para os seus grandes e levantados destinos”. “Eis, brasileiros, o nosso dever!”. De forma direta e eficiente, como um dever, o jornal apela para as emoções, para a religiosidade e para a esperança de um futuro e um país melhor por meio do apoio a Vargas e seu novo regime.

Um fato interessante apresentado pelo jornal é o fato de Minas ter sido o único dos estados a não ter sido afetado pela Intervenção Federal do dia 24 de novembro, que nomeou interventores, escolhidos pelo próprio presidente, em todos os estados. Minas continuou a ser governado pelo Benedicto Valladares, o qual apoiava intensamente as

⁴⁹ *O Município*, Caratinga, 28 de novembro, 1937, p. 1.

medidas de Vargas. Este fato não apresenta apenas que o governador era um forte aliado do novo regime, mas também poderia servir para colocar os mineiros a favor do regime.

Por fim, como se pode ver, este jornal, por sua vez, publica bem pouco sobre os acontecimentos do golpe e seus resultados posteriores.

De todo modo, como demonstrado pela análise dos jornais, tudo foi apresentado como um ato legal e pacífico visando o melhor para o país. Mesmo quando afirma a não legalidade democrática dos atos do presidente, não buscaram problematizá-los, pelo contrário, os apoia, dando-lhe voz. Demonstrando conivência, principalmente se levar em conta que o tom jornalístico da época era totalmente enviesado e pessoal, com opiniões e interesses próprios ditos e totalmente claros.

O golpe estadonovista nem é retratado como golpe ilegal. Na verdade, os jornais seguem suas publicações normalmente, como se o regime governamental fosse o mesmo e, apenas, tivessem o atualizado e melhorado. Em nenhum momento falam negativamente sobre o golpe de Vargas, apesar de estarem cientes de que o golpe foi cometido. Assim como não explicam como de fato ocorreram as mudanças na Constituição e a dissolução do congresso, do Senado, da Câmara federal, das assembleias legislativas dos Estados e das Câmaras municipais. Para os jornais, Vargas apenas efetuou mudanças justas e necessárias devido às ameaças nacionais, como os comunistas.

Ambos anularam ou tentaram esconder ou fazer esquecer o fato de o Estado Novo também foi implementado por um golpe antidemocrático que criou um governo ditatorial sob poder de Vargas. Assim como apoiaram abertamente as medidas do presidente.

Já no caso dos integralistas, os jornais, como veremos mais adiante, os apresentam como inimigos da democracia e da ordem, os demoniza, os compara e aproxima diversas vezes dos comunistas e dos nazifascistas, buscando torná-los inimigos públicos da nação.

6.5: A intentona integralista representada pelo A Tribuna.

Na edição 01205⁵⁰ do *A Tribuna*, do dia 11 de maio de 1938, algumas considerações são desenvolvidas sobre o golpe tentado pelo integralismo. Para o jornal, a intentona representou: “o movimento sedicioso que pretendia apoderar-se do governo da República”. Como a tentativa de golpe ocorreu na madrugada da publicação desta edição, não se tinham muitas informações do que ocorreu. Sabia-se apenas que um grupo

⁵⁰ *A Tribuna*, Uberlândia, 11 de maio, 1938, p. 1.

de fuzileiros navais integralistas armados haviam tentado invadir o Palácio Guanabara, prender o presidente e tomar o poder. O jornal, além disso, fez menção às outras ações dos integralistas, como incendiar prédios pela cidade, sem apresentar muito de suas opiniões sobre o ocorrido.

O mais próximo que chegaram a dar de suas próprias opiniões foi na página quatro afirmando que “A luta terrível travada em um dos prédios na esplanada, reduto dos sediciosos, entre estes e os batalhões que defenderam a legalidade foi tremenda e corporal”. Além dessa breve descrição, enalteciam os militares e aqueles que lutaram contra o golpe daquela noite.

O jornal passa a maior parte das edições seguintes sem sequer citar o golpe integralista, talvez por considerar que o ocorrido não devesse ter tanta publicidade, sob o risco de incentivar ações similares ou evidenciar a fragilidade do governo. O assunto, contudo, volta à baila na edição seguinte, a 01210⁵¹ do dia 25 de maio de 1938. Na página 2 foi enaltecida a incomparável resistência do chefe, guia da nacionalidade, em relação aos trágicos acontecimentos do dia 11, obra dos integralistas, que causaram indignação nos corações de todos os brasileiros. Resistindo a esta tentativa de golpe, “Vargas demonstrou, mais uma vez, sua integridade moral”. Esta edição está praticamente inlegível, tudo o que foi possível extrair, foram estas poucas informações.

6.6: A intentona integralista representada pelo Monitor Mineiro.

O *Monitor Mineiro*, antes de tratar da intentona integralista em si, na edição 1.305⁵², do 29 de março de 1938, apresenta uma avaliação do crescimento do integralismo e do comunismo, especialmente no seio da juventude. O fenômeno era atribuído ao descrédito em que teriam caído os demais partidos políticos. Haveria um desencanto para com o regime e mesmo um desprezo para com as instituições. Logo, integralismo e comunismo teriam, respectivamente, levado “de roldão” as pessoas para a “extrema direita” e para a “extrema esquerda”. Mas ao mesmo tempo, o desprezo pelas instituições é uma oportunidade para regimes ditatoriais, como seria o promovido por Vargas.

É conveniente frisar que no trecho acima, embora o jornal tenha se oposto ao integralismo, enxergava algumas virtudes sinceras naqueles que compunham às fileiras verdes, porém, afirmando que os mesmos se perderam em seu extremismo:

⁵¹ *A Tribuna*, Uberlândia, 25 de maio, 1938, p. 2.

⁵² *Monitor Mineiro*, Guaranésia, 29 de março, 1938, p. 1.

(...) aqueles que sentiam, ainda no fundo da alma, a chama do patriotismo, que tinham um apego sagrado a tradição, que cultuavam um Deus, que amavam a família, - acorreram para as fileiras do extremismo ardiloso, que explorava, cheio de maliciosa unção, como veio aurífero, inesgotável, essas nascentes eternas da força moral de um povo. Começaram, assim, a engrossar, assustadoramente, as cohortes do integralismo. A tal altitude subiu essa maré montante, açambarcador, que os seus chefes chegaram à certeza, em dado momento, de ter vencido a batalha, de ser donos do poder e de haver agarrado com as mãos e envolvido, para sempre, em suas tramas, ao próprio Chefe da Nação. E aqueles outros, a quem as taras hereditárias, os transviamentos da educação, a receptividade sugestiva, inadvertida, o falso messianismo, o instinto destruidor, - haviam despido de todos os apanágios de convívio cristão e da civilização ocidental, - esses acorreram à sua vez, desanimados, para o comunismo.

Apesar disto, o jornal deixa claro que o seu não pertencimento ao movimento. Portanto, até o momento, o jornal não era oposto ao integralismo, mas, também, não estava ligado ao mesmo.

Já, pulando para o período do golpe em si e referindo-se ao presidente, na edição 1.310⁵³, do dia 15 de maio de 1938, o jornal apresenta a seguinte manchete: “O Grande Getúlio Vargas”. Inicialmente, o jornal apresenta um discurso do ex-ministro da Inglaterra sobre os regimes ditatoriais que estão no destino do mundo: “neste século de incertezas para toda a humanidade. Ressaltou a posição delas e dos três maiores chefes - Hitler, Mussolini e Vargas!”. E segue citando a frase do “grande Emil Ludwig”, na qual ele afirma que Vargas é o mais perfeito de todos os chefes. Essa frase não apenas enaltece Vargas como chefe, como o afirma como ditador e o coloca como melhor do que os dois grandes e terríveis ditadores na história da Europa. E o jornal apresenta isso com sinal de vantagem, de grandeza: “dentro da sua grandiosa personalidade de estadista moderno, enquadra-se perfeitamente a do homem bom e amável”, Getúlio Vargas.

⁵³ *Monitor Mineiro*, Guaranésia, 15 de maio, 1938, p. 1.

Esse discurso serve para encetar o que seria tratado sobre o levante integralista. O jornal afirma que o levante “veio encontrar o grande chefe, como sempre, de pé, na defesa dos altos interesses da pátria”.

Posteriormente, tratando diretamente da intentona, o jornal começa com a frase em caixa alta “INTEGRALISMO SANGRENTO”. Segundo o jornal: “fracassou a tentativa dos maus elementos, que, com falso rótulo de um patriotismo que nunca existiu, tentaram contra a ordem pública, na Capital Federal [...]”. Importante observar que quando Vargas efetuou o golpe e tornou-se ditador, o jornal o apoiou, mas quando os integralistas tentam a mesma coisa e fracassaram, coube-lhes a condenação. Assim, ao vencer os integralistas, Getúlio Vargas dava “mais uma vez, as melhores provas da sua dedicação, patriotismo e amor às instituições que nos regem”. Vargas sempre apoiado, enquanto os integralistas eram demonizados, “essa horda de indivíduos, cujo único fim era apoderar-se das rédeas e do governo e implantar a desordem e a anarquia em nossa terra”.

Na primeira página da edição nº 1.311⁵⁴, 29 de maio de 1938, o jornal faz uma declaração significativa, principalmente se consideradas as afirmações de outras edições sobre o golpe estadonovista, as quais se referem ao governo de Vargas como uma ditadura. O jornal literalmente afirma que o regime de Vargas era de liberdade, o que não parecia ser contraditório com as sanções, prisões, mortes e censura.

Enquanto os integralistas teriam promovido o derramamento de “sangue brasileiro numa inglória investida para o acesso ao poder”, o golpe varguista foi glorificado como um ato honroso e heroico. O apoio incondicional a Vargas, sempre foi evidente, mas fica cada vez mais claro com a solidificação da ditadura. E jornal seguia degradando os integralistas “enquanto os cobiçosos do poder desfraldar a bandeira de uma ideologia tomada por empréstimo a países estrangeiros (aqui referindo-se aos fascistas), empregando processos também estrangeiros, de extermínio e morte, os bons brasileiros, que constituíam a grande maioria de nossa nacionalidade, contemplam as grandes realizações do regime consolidado em 10 de novembro de 1937, e reconhecendo a autoridade do Presidente Vargas”. Por fim, o jornal afirma que, ao defender o Palácio com armas nas mãos, Vargas estava, também, defendendo “a tranquilidade do Brasil”.

O Monitor Mineiro postulou que o ataque ao Palácio da Guanabara provava de modo “irrefutável a insinceridade” daqueles que diziam ter como lema “Deus, Pátria e

⁵⁴ *Monitor Mineiro*, Guanabá, 29 de maio, 1938, p. 1.

Família”. Segundo o periódico, durante o ataque, os integralistas “repudiaram” Deus porque não observaram o mandamento que estabelecia “não matarás”. “Repudiaram” a Pátria porque colocaram os interesses do sigma acima dos interesses nacionais. “Repudiaram” a família porque atacaram uma residência e violaram um lar. Nota-se, aqui, o uso claro da religião e dos valores familiares para afetar os sentimentos dos leitores, de modo a causar não apenas repúdio político, como também, religioso e pessoal contra os integralistas.

A vitória contra os integralistas representou, para o jornal, a vitória do Brasil. Foi a vitória da Pátria, alcançada por um patriota que não hesitou em jogar a própria e a vida daqueles que lhes são mais caros, na defesa das instituições, dos postulados de Deus, dos princípios da Pátria e da inviolabilidade da Família. Por fim, o jornal afirma que Vargas sim soube colocar em prática o verdadeiro significado do lema dos integralistas.

6.7: A intentona integralista representada pelo Brazópolis.

Por fim, como afirmei mais acima, o Brazópolis não apresenta muitas publicações sobre o golpe integralista. Entretanto, na edição 00728⁵⁵ do dia 15 de maio de 1938, refere-se ao ataque a sede do governo caracterizando os integralistas como “os inimigos irreconciliáveis da nossa Pátria” que “num gesto inqualificável, tentaram mais uma vez, implantar a desordem no País”. Já, sobre a reação de Vargas repisava a já conhecida caracterização do herói que “se manteve até o final da luta de revólver em punho”, com o apoio de certos setores militares e fuzileiros navais, que “se houveram bravamente”.

Para o jornal, os integralistas tomaram as torres de rádio da cidade “visando espalhar o pânico na capital”. Mas após os atos heroicos do chefe e dos militares, o jornal afirma que “a ordem se acha inteiramente mantida em todo o território brasileiro”.

Na edição 00730⁵⁶ do 29 de maio de 1938, fortalecendo a imagem de Vargas, o jornal apresenta o texto intitulado: “Um brasileiro popular no mundo”. Visando criar e manter uma boa imagem do presidente, o jornal afirma que ele foi um o “orientador sereno e seguro dos destinos de uma grande nação americana”.

E na edição 00731⁵⁷ do 05 de junho de 1938, a última analisada, o jornal continua apenas demonstrando inquestionável apoio a tudo que se refere ao Vargas. Na primeira

⁵⁵ *Brasópolis*, Brasópolis, 15 de maio, 1938, p. 1.

⁵⁶ *Brasópolis*, Brasópolis, 29 de maio, 1938, p. 1.

⁵⁷ *Brasópolis*, Brasópolis, 05 de julho, 1938, p. 1.

página, lê-se: “continua o Presidente Vargas a consolidar a família brasileira por meio de leis sábias, oportunas e humanas”. Em uma “fase de maior progresso e melhores dias para o nosso país”. E seque uma página inteira enaltecendo toda a trajetória política de Vargas. Concluindo, o autor do artigo sopesava:

(...) no fim, as coisas saíram como deveriam: o problema social e o problema político amadurecem juntos e se resolvem, se liquidam, na mesma época. E o resultado convergente, comum, simultâneo, foi este: a consolidação da ordem pública, a solidez do poder, a segurança da vida social.

Esse era, para o jornal, o cenário nacional, perfeitamente equilibrado e funcional, sem defeitos ou críticas a serem aferidas. Com as medidas de Vargas, todos os problemas da nação, sejam em âmbitos políticos ou sociais, foram resolvidos.

Diferentemente dos outros jornais, é interessante notar que no caso do *Brasópolis* não foi usado o termo Integralismo, ou qualquer variante, em todas as publicações do jornal. Em nenhum momento denominam quem eram os “inimigos irreconciliáveis da nossa Pátria”. Assim como não discriminaram, em momento algum, qualquer nome de membros do integralismo. É como se não soubessem quem eram, ou não quisessem dizer.

4: Considerações finais.

As análises apresentadas neste trabalho de conclusão de curso evidenciaram convergências e distanciamentos nos posicionamentos dos jornais quanto ao tratamento dos golpes. A ditadura varguista e, sobretudo, o próprio Vargas foram enaltecidos, afinal o golpe foi exitoso. Já os derrotados integralistas, em maior ou menor medida, foram execrados pelos jornais. Em alguns jornais o golpe integralista quase nem é apresentado ao leitor, pelo menos até se construir a imagem de Vargas glorioso que defendeu a pátria com arma em punho.

Ao retratar sobre o integralismo, *A Tribuna*, *Brazópolis* e *Monitor Mineiro* enfatizaram que teria ocorrido uma reação enérgica e heroica por parte de Getúlio Vargas diante da ameaça comunista e dos corruptos políticos. Em maior ou menor grau, esses jornais também destacavam o firme posicionamento do presidente que, de arma em punho, teria dirigindo a resistência e rechaçando os assaltantes verdes.

O fato é que os dois golpes buscavam, ao seu modo, implementar uma ditadura. A tentativa fracassada dos integralistas afastou o Brasil dos nazifascistas europeu e dos congêneres americanos. Por seu turno, o exitoso golpe de Vargas garantia um ditatorial que, por força da censura ou da emulação de um discurso oficial, era descrito como ordenador, face aos inescrupulosos políticos tradicionais, e garantidor da liberdade, diante da ameaçada comunistas.

Antes da intentona integralista, Vargas flertou com regimes nazifascistas. Essa influência não parece ter se esvaído totalmente no Estado Novo, que recorreu a manipulação dos meios de comunicação, para criar um mito. Inclusive, o fato de os jornais analisados sempre enaltecer sua figura, não se distinguia do enredo italiano e alemão. Juntamente com Vargas se distinguiam o governo, o exército e o povo, de forma a criar vínculos afetivos e de reconhecimento entre o estado e a nação.

Além disso, é conhecido o fato de que o domínio político de Vargas sobre os meios de comunicação já existia antes mesmo do golpe em si. Mesmo assim, é notável que, antes mesmo de ser instaurado o Estado Novo e a partir do primeiro dia depois da instauração, em 10 de novembro de 1937, os jornais pintavam o regime com cores vivas e alegres, sem nenhuma crítica ou sequer menção a ilegalidade de seus atos. Analisando as publicações, é possível concluir que, tais periódicos abertamente apoiavam Vargas, bem como suas medidas, de forma a interpretarem seus atos apenas de forma benevolente, deixando de lado toda e qualquer ilegalidade. Visto que, Vargas já constitua em um presidente querido e aclamado pelo povo, assim como seus ideais se encaixavam com os ideais do povo. Como afirma Castro Gomes⁵⁸, os tempos de crises são propícios ao surgimento de mitos, de personalidades autocráticas e dos grandes estadistas. Vargas não deixou de ser um mito. A construção de sua figura e de toda sua obra governamental arquitetada desde 1930 era pensada para possibilitar sua intervenção pessoal na direção do Estado. O presidente passou a ser então a representação de maior qualidade do que o povo poderia ser. E as elites e as massas foram integradas numa comunicação direta e afetiva, sem intermediários.

Dessa imagem criada para Vargas que surge sua capacidade de se comunicar com todo o povo, que via nele um exemplo, um familiar e um guia. Era essa a intenção do modelo, levar o povo a se ver, a ver a nação e o líder-pai como uma grande família unida, apelando assim, para as emoções populares e assegurando a liderança do presidente.

⁵⁸ Gomes, Ângela de Castro. "A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado." *História da vida privada no Brasil* 4 (1998): 490-558.

Vargas passa a ser considerado o pai bondoso e generoso que doa e ajuda a população tudo que podia, pedindo em troca apenas a retribuição que garantia seu vínculo e poder. Vargas era tido como detentor das qualidades, traços psicológicos e a sensibilidade do “homem brasileiro”, o que dava a ele a capacidade de representar a nação organizada hierarquicamente e pela sua personalidade.

É claro que a censura punia maiores pretensões críticas. Mas também havia tolerância, orientada pelo desejo de popularização da imagem de Vargas e da aproximação de seu perfil com o que estava sendo postulado como próprio do “ser brasileiro”. Logo, a existência da censura, por si só, não é suficiente para afirmar que tais jornais estavam apenas sendo vítimas e não coniventes ao regime.

Logo, o apoio ao presidente era totalmente plausível e esperado e suas justificativas eram vistas, pelo povo, como verdadeiramente necessárias para justificar a tomada do poder por meio de um golpe. Como ele mesmo e os jornais afirmam, eram necessários para o bem e o desenvolvimento da nação. Claro que, este fato não signifique que todos eram a favor. Evitando maiores generalizações, concluo que as evidências apontam para o fato de que os jornais eram sim apoiadores de Vargas. Mesmo que uma ou outra publicação se mostre, de alguma forma, controversa ou estranha em alguns momentos, estes poucos momentos não são material suficiente para negar este fato.

Bibliografias:

LAVAREDA, Antônio. “Leniência militar em 8 de janeiro lembra levante integralista de 1938”. *Folha de São Paulo*, 2023.

Jornal Nacional e mídia corporativa foram “suporte relevante” para golpe contra Dilma e eleição de Bolsonaro, mostra estudo. *Brasil 247*, 2022.

BRANDI, Paulo. “Verbete Plano Cohen”. In: *Dicionário Histórico-Biográfico-CPDOC*. 2023.

MENANDRO, Heloísa. “Verbete Revolta Integralista). In: *Dicionário Histórico-Biográfico-CPDOC*.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento In: História e memória. **Tradução Bernardo Leitão. –5ª edição–Campinas, SP: Editora da Unicamp**, 2003. P. 540.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. *Estudos Avançados* (80), 2014.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Multidões em Cena, Propaganda política no varguismo e no peronismo. 2. ed. Editora Unesp, 2009.

LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro. Editora FGV: 2003.

BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. **Em Questão**, v. 12, n. 2, p. 215-234, 2006.

DE ANDRADE, Emanuelle Lins. Jornalismo dos anos de 1930: informação e doutrinação. 2009.

CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 2. p.107-144.

Gomes, Ângela de Castro. "A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado." *História da vida privada no Brasil* 4 (1998): 490-558.

Chauí, Marilena, e André Rocha. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro: Escritos de Marilena Chauí*, vol. 2. Vol. 2. Autêntica, 2017.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder. Porto Alegre: Globo, 1976, v. II, p. 699-700. Grifos meus, MC.

SALGADO, Plínio. O Integralismo na vida brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, [s.d.].

RIBEIRO, Darcy. **Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu**. Editora Guanabara, 1985.

BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 85-105, janeiro. 2001.

FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019.

VIANNA, Marly. Contra o Liberalismo e o Comunismo: Uma Democracia Autoritária. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 33, n. 71, p. 469-488, 2020.

ROSSI, Juliana. A (s) construção (ões) da imagem do governo de Getúlio Vargas no jornal Tribuna, Uberlândia-MG (1930-1937). 2010.

DE CASTRO GOMES, Ângela. **INVENÇÃO DO TRABALHISMO, A ED. 3**. Editora FGV, 2015. *A Tribuna*, Uberlândia.

Brazópolis, Brazópolis.

O Município, Caratinga.

Monitor Mineiro, Guaranésia.